

JF

Jornal da FENPROF | Diretora: Anabela Sotaia
Subdiretores: Francisco Gonçalves e José Feliciano Costa
Mensal | nº 323 | abril 2026 | 0,50€

Somos Professores.
Damos Rosto ao Futuro!

Exigimos Valorização, já!

"Faltam professores
- e isso sente-se de forma
crescente nas escolas e na
vida de muitas famílias."



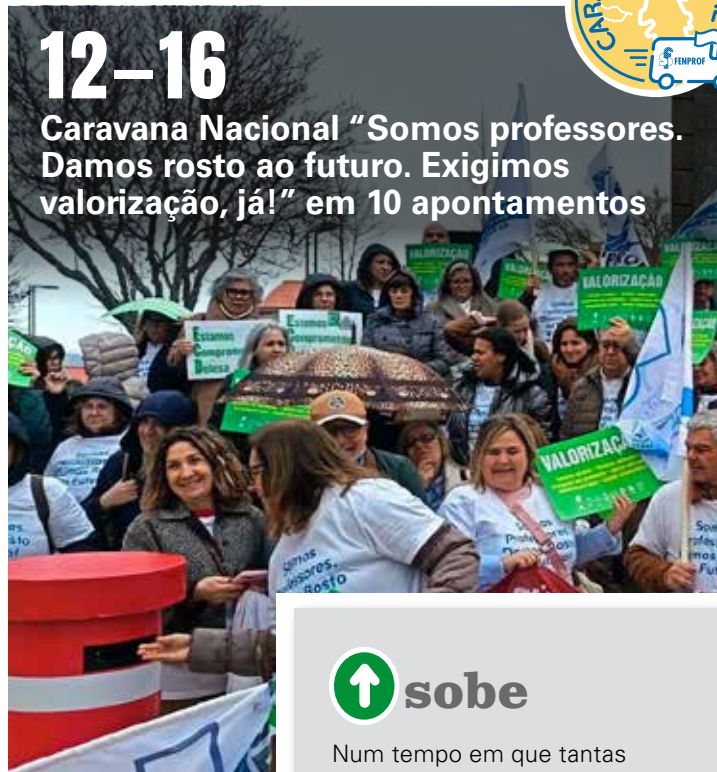
Lutar para valorizar!



sumário



11 FENPROF entrega mais de 15 mil postais ao primeiro-ministro



12-16

Caravana Nacional "Somos professores. Damos rosto ao futuro. Exigimos valorização, já!" em 10 apontamentos

04. EM FOCO

Democracia não faz parte do léxico de Fernando Alexandre FRANCISCO GONÇALVES

FENPROF reuniu com a Inspeção-Geral da Educação e Ciência

05. EM FOCO

Revisão do ECD: Uma mudança estrutural que desvaloriza a profissão docente

JOSÉ FELICIANO COSTA

06. EMPREGO

Estatísticas da falta de professores: A evolução dos números

07. AÇÃO

CN da FENPROF "admite recurso a formas de luta mais fortes"

09. IMPRESSÕES

O movimento sindical e o Ensino Português no Estrangeiro

BRUNO SILVA

10. SETORES

A Escola atual é inclusiva? ANA SIMÕES

Insuficiências e polémicas JOSÉ MANUEL COSTA

17. TRABALHO

Pacote Laboral: E agora?

18. SETORES

Monodocência: Não basta reconhecer reivindicações, é urgente garantir equidade

19. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Lutar pelo salário é um combate pelo futuro!

DULCE PINHEIRO

20. SETORES

Estudo sobre o inquérito às condições de precariedade dos docentes convidados no ensino superior público

21. SETORES

Campanha "Respeito e Valorização, Já!"

Resultados alcançados e novos desafios

TIAGO DIAS

22. ENSINO ARTÍSTICO

FENPROF exige que MECI cumpra a Lei e acabe com a precariedade

MANUEL GUERRA

24. IGUALDADE

"A Igualdade que Abril abriu"

CATARINA TEIXEIRA

28—30

INTERNACIONAL

FENPROF na conferência final do projeto europeu

"Your Turn 2: Teachers for Trade Union Renewal"

50 anos do golpe militar na Argentina: Nunca mais!

MANUELA MENDONÇA

Visita aos acampamentos Saarauís em Tindouf, Argélia

MARTA CRUZ

A resistir há 50 anos

JOSÉ PAULO OLIVEIRA

↑ sobe

Num tempo em que tantas decisões ignoram quem vive a escola, a mobilização em torno da Caravana Nacional mostra que a educação ainda se faz de gente e com gente. Professores, alunos, pais e muitos cidadãos deram corpo — e voz — a uma causa justa, culminando num Cordão Humano expressivo e na entrega de mais de 15 000 postais ao Governo. Um sinal claro de que a valorização da profissão docente não é um capricho corporativo, mas uma exigência coletiva de quem acredita na escola pública. ●

↓ desce

Numa demonstração exemplar de diálogo — consigo próprio — o Governo decidiu avançar com uma reforma curricular sem maçar-se com sindicatos ou professores. Afinal, quem melhor do que quem nunca pisa uma sala de aula para decidir o seu futuro? Negociar seria perder tempo; impor é mais eficiente. Quanto às consequências socioprofissionais, presume-se que sejam apenas "efeitos colaterais" de laboratório. Resta aos docentes agradecer a consideração: mais uma mudança feita à sua medida — isto é, sem lhes perguntar nada. ●



FICHA TÉCNICA: Jornal da FENPROF | Propriedade, Redação e Administração: Federação Nacional dos Professores | Rua Fialho de Almeida, 3 | 1070-128 LISBOA | Tels.: 213819190 - Fax: 213819198 E-mail: fenprof@fenprof.pt | www.fenprof.pt | Diretora: Anabela Sotaia | Subdiretores: Francisco Gonçalves e José Feliciano Costa | Chefe de Redação: Luís Lobo | luis.lobo@sprc.pt | Conselho de Redação: Fernando Vicente (SPRA), Jackeline Vieira (SPM), Luís Lobo (SPRC), Manuel Guerra (SPGL), Manuel Nobre (SPZS), Rogério Ribeiro (SPN); Nélia Vitorino (FENPROF), Coordenação técnica e apoio à Redação: José Paulo Oliveira (jornalista) | jppo@sapo.pt | Paginação e Grafismo: Tiago Madeira | Revisão: Luís Lobo Fotos: Arquivo FENPROF | Impressão: MULTIPONTO, S.A. | Tiragem média: 50.000 ex. | Depósito Legal: 3062/88 | ICS 109940 | NIPC: 501646060 | O "JF" está aberto à colaboração dos professores, mesmo quando não solicitada. A Redação reserva-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível. Os artigos assinados, bem como a ortografia adotada são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.



editorial

JOSÉ FELICIANO COSTA (Secretário-Geral da FENPROF)

Defender a Escola Pública é defender a Constituição e Abril

Prestes a assinalar 50 anos, a Constituição da República Portuguesa consagra no seu texto algumas das mais importantes conquistas da Revolução de Abril e dá expressão a transformações pelas quais durante décadas muitos lutaram e ansiavam.

No plano social e educativo, estabelece princípios de enorme relevância: afirma que aprender é um direito universal, sem discriminações de qualquer tipo; atribui ao Estado a responsabilidade de garantir uma rede pública de estabelecimentos capaz de responder às necessidades de toda a população; e consagra o ensino público como uma função essencial do Estado, fator de desenvolvimento e progresso e instrumento fundamental para a valorização social e pessoal dos cidadãos.

Estes princípios foram decisivos para a construção da Escola Pública democrática que permitiu alargar o acesso à educação, combater o analfabetismo e criar condições de igualdade de oportunidades para todos. Uma escola que é também um instrumento de cidadania, de desenvolvimento e de soberania.

Mas hoje vivemos um tempo em que essa Escola Pública — que Abril tornou possível e que a Constituição consagrou — enfrenta sérios desafios. Vive um momento exigente, que reclama clareza, coragem e mobilização para a sua defesa.

Foi com esse objetivo que a Caravana Nacional percorreu o país entre 19 de fevereiro e 4 de março: falar da Escola Pública, da sua importância para a democracia e do

seu papel na construção de uma sociedade mais justa e mais livre. Uma escola que alarga o acesso ao conhecimento, forma cidadãos críticos e contribui para a coesão social.

Defender a Escola Pública é, por isso, uma causa de toda a sociedade. É defender o direito à educação, a justiça social e o futuro do país. Não é apenas uma luta dos professores.

Defender a Escola Pública é defender a Constituição e os valores de Abril. É recusar qualquer tentativa de regressão social, de mercantilização da educação ou de desresponsabilização do Estado.

Defender a Constituição é exigir investimento na educação e romper com um ciclo prolongado de desvalorização da escola pública e dos seus profissionais. Os números da falta de professores, já visíveis hoje e ainda mais preocupantes no futuro próximo, traduzem uma realidade grave: milhares de aulas por realizar, aprendizagens comprometidas e desigualdades crescentes no acesso ao direito fundamental à educação.

Esta situação não é fruto do acaso. Resulta de opções políticas que desvalorizaram a carreira docente, degradaram as condições de trabalho e afastaram muitos jovens da profissão.

A verdade é simples: não há futuro sem professores. Não há educação de qualidade sem docentes valorizados, respeitados e com condições para exercer plenamente a sua profissão. E os professores, estarão na linha da frente da luta pela Escola Pública e pela dignidade da nossa profissão. ●

“
A verdade é simples: não há futuro sem professores. Não há educação de qualidade sem docentes valorizados, respeitados e com condições para exercer plenamente a sua profissão. E os professores, estarão na linha da frente da luta pela Escola Pública e pela dignidade da nossa profissão.

Negociação e Respeito:

Democracia não faz parte do léxico de Fernando Alexandre

FRANCISCO GONÇALVES (Secretário-Geral da FENPROF)



É cada vez mais nítido o jogo de faz-de-conta da atual equipa ministerial, no que à revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD) diz respeito: adiamentos, falta de esclarecimentos e desconsideração das propostas apresentadas pela FENPROF.

Percebe-se a tática, é um governo de credo neoliberal e em modo de sobrevivência, até 1 de julho de 2027 vão ofuscando os docentes com a recuperação do tempo de

serviço (RTS). Dois anos após a entrada em funções e a ano do fim da RTS, vamos no segundo de sete temas a negociar, sem esquecer que os mais importantes foram atirados para o final do processo. É cada vez mais evidente o propósito: procrastinar. Nos dois temas tratados o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) conseguiu o que queria: esvaziar o ECD de garantias. Significa isto que, a ser assim, ficaríamos com um ECD pior do que o que está em vigor, completamente à mercê de um Código do Trabalho (que o governo pretende rever em baixa) e de uma legislação subsidiária refém das conjunturais circunstâncias políticas.

Do ponto de vista democrático e tendo em conta o que a lei consagra sobre negociação coletiva, é inaceitável o que tem ocorrido. Atentemos às reuniões do tema 2, habilitação para a docência: recrutamento e admissão:

- **14 de janeiro** – a reunião convocada para apresentar o racional da proposta foi transformada em auscultação aos sindicatos;
- **4 de fevereiro** – anulada pelo MECI por, *dixit*, razões de força maior;

- **18 de fevereiro** – apresentação da primeira versão da proposta do MECI, enviada na véspera;

- **2 de março** – MECI excluiu uma organização sindical por ter convocado uma concentração / plenário para a hora da reunião. Por essa razão a FENPROF não participou na reunião. Foi entregue nova proposta nesse dia, enviada nova versão no dia seguinte e a 13 de março uma derradeira versão;

- **25 de março de 2026** – MECI afirmou deu por fechado o tema 2 estava e apresentou a intenção de, até junho, negociar a legislação subsidiária relativa a habilitações para a docência: recrutamento e admissão.

Em suma, o MECI fechou o tema quando e como quis e abriu um novo adiamento na negociação do ECD. Das propostas da FENPROF que, importa não esquecer, foram sufragadas em centenas de plenários e reuniões de escola, por milhares de professores, ficaram páginas escritas e arquivos compostos. **É assim a negociação para este governo.** •

Educação Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico

FENPROF reuniu com a Inspeção-Geral da Educação e Ciência

A FENPROF reuniu, no passado dia 26 de março, com a Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC), tendo como principal objetivo alertar para as condições de trabalho a que estão sujeitos os docentes da Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Recorde-se que, na sequência de um inquérito realizado aos docentes, foram identificadas várias situações irregulares, relativamente às quais a FENPROF solicitou a intervenção da IGEC:

- Gestão das faltas de curta duração dos docentes, recorrendo, em muitos casos, à distribuição de crianças/alunos por outras salas/turmas ou colocadas

sob responsabilidade de um(a) assistente operacional, supervisionado/a por outro/a educador(a) ou, ainda, por docentes que usufruem de redução da componente letiva ao abrigo dos pontos 2 e 3 do artigo 79.º do ECD, entre outras situações;

- Ausência de assistentes operacionais nas salas de jardim de infância durante toda a componente letiva;
- Situações ocorridas em contexto de greve docente, com assistentes operacionais a ficarem responsáveis pelo grupo/turma ou sendo ilegalmente assegurado o funcionamento das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) e da Componente de Apoio à Família (CAF).

Da parte da IGEC, e na sequência da



visita a 23 dos agrupamentos de escolas previamente identificados pela FENPROF, foi assumido o compromisso de intervir sempre que sejam verificadas situações de ilegalidade.

Para a Federação, é indispensável uma intervenção urgente da IGEC que permita clarificar procedimentos, pôr termo a práticas ilegais e salvaguardar, simultaneamente, a qualidade da educação e os direitos das crianças e dos docentes •.



Revisão do ECD:

Uma mudança estrutural que desvaloriza a profissão docente

A proposta de revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD), apresentada pelo Governo através do MECI e do Ministério das Finanças, configura uma alteração estrutural profunda, com impactos significativos na natureza da carreira, nos direitos profissionais e na organização do sistema de recrutamento.

Desde logo, **a carreira docente deixa de ser entendida como um corpo especial**, passando a enquadrar-se como carreira de regime especial de grau de complexidade funcional 3. **Esta alteração aproxima-a do regime geral da Administração Pública**, colocando em causa a sua especificidade, autonomia e identidade profissional.

Ao nível dos direitos profissionais, as mudanças são particularmente gravosas. **A proposta elimina a participação dos docentes nos órgãos do sistema educativo, retira a consagração do direito à negociação coletiva no ECD e deixa de reconhecer doenças profissionais associadas à docência.** Trata-se de uma clara desvalorização do estatuto socioprofissional e da capacidade de intervenção coletiva dos professores.

Também a organização do sistema sofre uma rutura relevante. **São eliminados os**

quadros de escola, de agrupamento e de zona pedagógica, substituídos por mapas de pessoal e postos de trabalho, típicos da função pública. Este modelo aponta para uma lógica de gestão flexível, em detrimento da estabilidade da carreira e das escolas.

No domínio do recrutamento, o atual **sistema de concursos é substituído por procedimentos centralizados**, com eventual **recurso a provas e avaliação psicológica. A graduação profissional deixa de ser o critério determinante**, e o ingresso passa a depender da conversão de contratos a termo em vínculos por tempo indeterminado.

Paralelamente, **antecipa-se a integração da avaliação no SIADAP, das remunerações na Tabela Remuneratória Única e da progressão num sistema de pontos.** No tempo de trabalho, admite-se a aplicação de banco de horas, podendo atingir 50 horas semanais.

Em síntese, esta revisão traduz uma **deslocação para um modelo mais flexível e desregulado, que fragiliza a carreira docente, compromete a estabilidade das escolas e desvaloriza a profissão.** | José F. Costa (Secretário-Geral da FENPROF) ●



NO ALVO

Por favor, expliquem ao ministro o que é um professor!...

O processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD) atualmente em curso e que é paralelo com o do pacote laboral, ao contrário do que é necessário, está a mostrar, da parte do Ministério da Educação, Ciência e Investigação (MECI) e do governo, um propósito de destruição que revela já um caminho de descaracterização do próprio Estatuto e, por esta via, da profissão docente.

De facto, em vez de constituir uma oportunidade para a urgente valorização da carreira e para o reforço do reconhecimento social dos professores — como há muito se impõe —, aponta em sentido contrário.

A forma como MECI/governo conduziu e tentou encerrar o segundo dos sete temas que prevê negociar, desconsiderando as propostas apresentadas pela FENPROF e não esclarecendo as dúvidas que as formulações adotadas pelo governo levantam, adensa as preocupações quanto ao ECD que poderá resultar desta pretensa negociação.

As propostas até agora apresentadas pelo MECI, tanto no que respeita ao *Tema 1* (Perfil Geral do Docente, Direitos, Deveres e Garantias), como ao *Tema 2* (Habilitação para a Docência, Recrutamento e Admissão), revelam uma orientação muito preocupante, que procura reduzir o professor a um mero “técnico executante”, esvaziando a dimensão pedagógica, científica e profissional da docência.

Trata-se de uma perspetiva que subordina o trabalho docente a modelos de desempenho típicos da gestão administrativa e a lógicas centradas na “performance” e nos “resultados”, ignorando a natureza específica e complexa da profissão docente. | *Da resolução aprovada no Conselho Nacional da FENPROF, órgão máximo entre Congressos, 21/03/2026* ●

Estatísticas da falta de professores

— A evolução dos números

Tal como a FENPROF tem vindo a denunciar, a falta de professores no sistema de ensino assumiu contornos particularmente preocupantes devido a anos de desvalorização da carreira docente. A profissão perdeu atratividade, o envelhecimento da classe agrava-se e o recrutamento de novos docentes continua inferior ao número de aposentações.

O problema é evidente em praticamente todos os AE/EnA e só não é mais visível devido ao brutal aumento de horas extraordinárias e à contratação de professores com habilitação própria. Os horários em contratação de escola continuam a ser colocados às centenas por semana, muitos dos quais ficam por preencher por falta de candidatos.

Trajectoria de agravamento

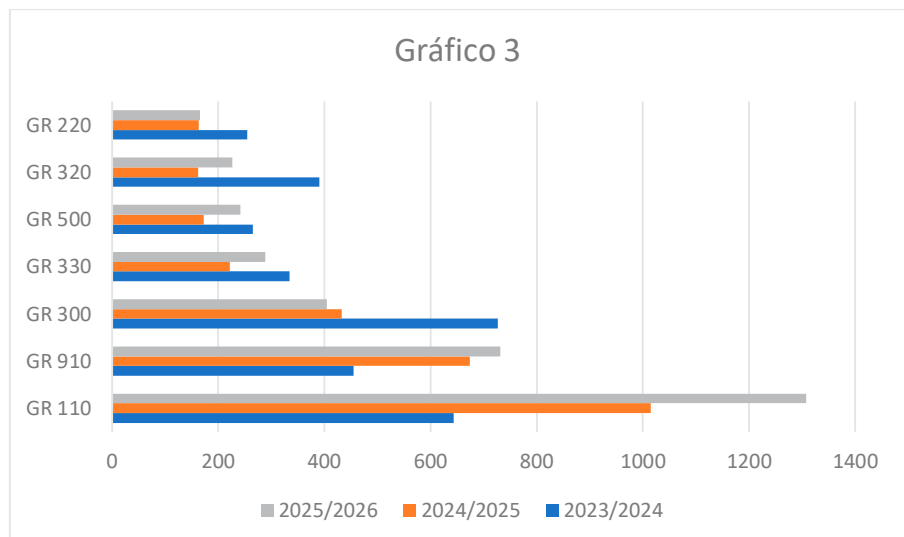
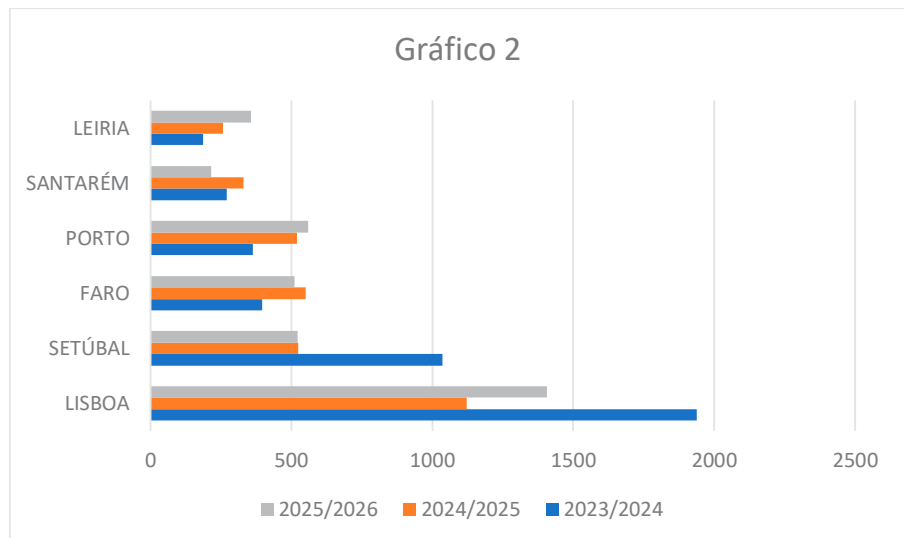
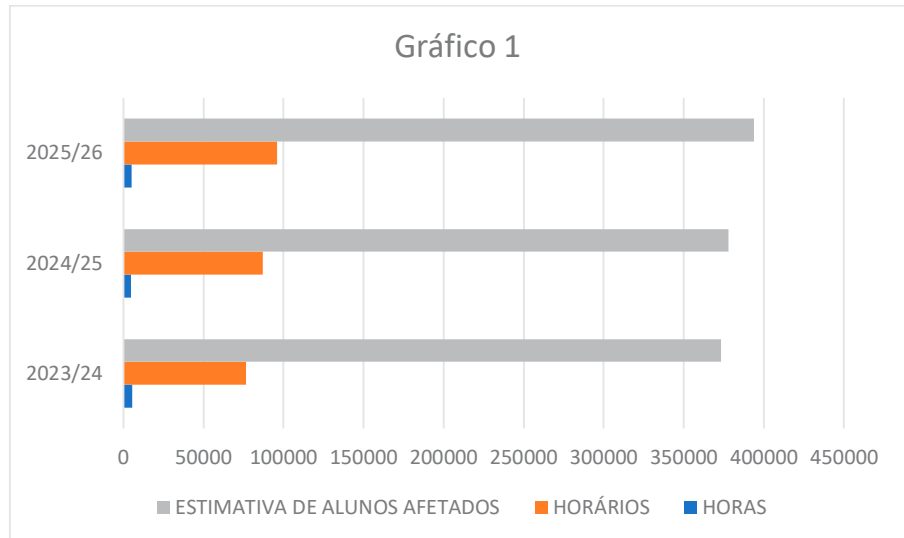
Os dados do 2.º período confirmam, aliás, que esta não é uma situação pontual, mas sim uma trajetória de agravamento ao longo dos últimos anos. Utilizando para comparação os dados referentes ao 2.º período, no ano letivo 2023/2024, registaram-se 5295 horários e 76 664 horas em contratação de escola. Em 2024/2025, apesar de o número de horários ter sido ligeiramente inferior, 4700 horários, o volume de horas aumentou para 87 175, e em 2025/2026, os números voltam a agravar-se, com 5198 horários e 96 022 horas.

Tal como já se tinha verificado no primeiro período, em que houve um aumento no número de horas em contratação de escola em 55% face ao ano anterior, a comparação de períodos homólogos evidencia claramente que a falta de professores não só persiste como está a crescer de forma consistente (**gráfico 1**).

A distribuição geográfica destes horários evidencia que a escassez de docentes deixou de ser um fenómeno localizado.

O distrito de Lisboa continua a concentrar o maior número de horários por preencher, seguido pelo distrito do Porto que ultrapassou os distritos de Faro e Setúbal (**gráfico 2**).

Também ao nível dos grupos de recrutamento verifica-se uma pressão crescente, com particular incidência no 1.º ciclo, na Educação Especial e na disciplina de Português (**gráfico 3**). •



CN da FENPROF “admite recurso a formas de luta mais fortes”

Reunido recentemente em Lisboa, o Conselho Nacional (CN) da FENPROF, órgão máximo entre Congressos, “admite, desde já, a possibilidade de recurso a formas de luta mais fortes, como a greve, tendo em conta o calendário negocial e a manutenção do rumo criticável que a revisão do ECD vem assumindo e que está a conduzir à destruição da especificidade e autonomia funcional da profissão docente que não pode deixar de estar enquadrada num corpo especial da Administração Pública”.

Noutra passagem da resolução aprovada pelos conselheiros nacionais da Federação, é reforçada essa perspetiva: “A atitude de desconsideração sindical e de desrespeito pelos professores, é incontornável elevar a dinâmica e a mobilização dos docentes e avançar para novos patamares de luta.” Para já, confirma-se a realização de uma grande manifestação nacional de professores e educadores no próximo dia 16 de maio, em Lisboa.

“Com o objetivo de reforçar a luta dos professores e educadores para exigir que a revisão do ECD seja feita com valorização da profissão, da estabilidade da carreira, da correção de injustiças e da melhoria das

condições de trabalho”, o Conselho Nacional aprovou um plano de ação, mobilização e luta, de que destacamos:

- Acrescentar às moções aprovadas na Caravana Nacional a resolução do CN, que traduz, além de uma exigência, um protesto formal pelo modo como o processo de revisão do ECD está a ser conduzido, designadamente pelos atrasos, falta de esclarecimentos e desconsideração pelas propostas construídas e apresentadas pela FENPROF;
- Convocar concentrações e plenários de professores junto às instalações do MECI, durante as reuniões negociais, caso persista a atitude denunciada no ponto anterior;
- Impulsionar ações de protesto organizadas em cada escola;
- Participar, no dia 17 de abril, na Manifestação Nacional da CGTP (ver pormenores nesta edição), com o lema “Abaixo o Pacote Laboral! Aumentar salários, garantir direitos, é possível uma vida melhor”, bem como em todas as iniciativas que venham a ser convocadas por esta central ou pela Frente Comum, designadamente nas comemorações dos 50 anos da Constituição da República Portuguesa, do 25 de Abril e do 1.º de Maio;

- Promover, logo no início do 3.º período, uma Semana Nacional de Reflexão e Luta, entre os dias 20 e 24 de abril, incluindo a realização de reuniões e plenários sindicais em todo o país, auscultando os docentes sobre formas de luta a desenvolver, aprovando tomadas de posição e reforçando o compromisso coletivo com a mobilização urgente e necessária para defender a profissão;

- Realizar uma Conferência Nacional de Quadros Sindicais sobre a revisão do ECD, envolvendo todas as escolas e agrupamentos, visando o balanço do processo, a afirmação das propostas e exigências dos professores e educadores e o aprofundamento da luta pela valorização.

Outras ações e iniciativas já tiveram lugar durante o passado mês de março. ●

Versão integral
da Resolução do CN
da FENPROF



Uma reorganização curricular às escondidas?

JORGE GONÇALVES (membro do SN FENPROF)

Ao mesmo tempo da Revisão do ECD, o Governo avança com anúncios de intenções sobre matérias de reorganização curricular. Mas o que significa querer rever as aprendizagens essenciais, no atual contexto político? Bem sabemos a vontade de em cada ciclo político e alternância associar uma revisão do currículo, sem uma verdadeira avaliação da implementação em curso, respondendo apenas aos objetivos ideológicos do momento. Num processo que não envolveu os docentes na avaliação das atuais aprendizagens essenciais, vão aparecer novos documentos curriculares. Mas em que sentido e com que objetivos? Já vimos este filme noutros momentos, pondo em causa uma visão de desenvolvimento integral das crianças e implicando um estreitamento do currículo.

Mas simultaneamente o Governo veio assumir querer também rever a matriz curricular. Faz sentido uma revisão das aprendizagens essenciais e só depois ir mexer na matriz curricular? Ora se as aprendizagens essenciais já entraram em projetos piloto no 1.º, 5.º, 7.º e 10.º anos, em algumas escolas, sem discussão alargada e participada, isto significa que não têm subjacente uma matriz curricular, com a respetiva carga horária de cada disciplina. Ou querem “flexibilizar as cargas letivas obrigatórias nos vários níveis de escolaridade”, adequando à falta de professores em cada grupo de recrutamento, numa espécie de fato à medida, em vez de resolver o problema estrutural?

O governo junta ainda uma reorganização curricular, sobre a forma de fusão de ciclos. Esta intenção de reorganização surge novamente e neste momento, sem

estarem claros os seus objetivos. Também aqui se coloca a questão se a discussão é eminentemente pedagógica e curricular, ou condicionada à partida, desde logo por critérios economicistas e pela falta de professores.

O Governo diz que quer “reestruturar os ciclos do ensino básico, integrando os 1.º e 2.º ciclos” mas avança também com a revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo, falando numa “complementaridade entre público e privado”.

A FENPROF defendeu que estas matérias pelo seu carácter estruturante, exigem uma ampla discussão, por parte dos professores e restante comunidade educativa.

O que está em causa é o futuro da Escola Pública e o direito à educação!

O momento exige esclarecimento e alerta! ●



duas palavras

BRUNO SILVA (spebrunosilva@gmail.com)

O movimento sindical e o Ensino Português no Estrangeiro

Ser sindicalista no Ensino Português no Estrangeiro (EPE) é assumir um compromisso sério com a defesa e valorização dos docentes em todas as vertentes. Implica também acompanhar de perto, auscultar, apoiar e informar todos os professores que exercem funções neste sistema especial de ensino, procurando garantir que as suas valências, necessidades, desafios e expectativas sejam devidamente reconhecidas e respeitadas.

Para os professores que trabalham nos diversos países com contextos educativos e culturais distintos, o movimento sindical torna-se uma estrutura fundamental de apoio, de representação e de luta coletiva diversificada.

Lecionar no EPE leva os professores a enfrentarem desafios específicos - deslocação para outros países, adaptação a diferentes sistemas educativos dos países de acolhimento, ensinar em diferentes modalidades de ensino, gerir situações de instabilidade profissional, trabalhar em diferentes cursos/escolas, enfrentar distâncias entre os diferentes cursos/escolas do horário, uso de estratégias junto das comunidades educativas, pugnar pela promoção da inscrição e frequência nas diferentes modalidades de cursos. Perante este conjunto de desafios com que os docentes do EPE se deparam, o movimento sindical tem um papel essencial, na negociação com as entidades responsáveis, zelando pela melhoria e garantia de condições e direitos laborais justos e valorizados sem menosprezar as características inerentes a cada geografia.

Ao mesmo tempo, a intervenção sindical no EPE é também defender a importância do ensino da língua e da cultura portuguesas na diáspora. É defender e valorizar os professores do EPE como embaixadores da cultura portuguesa junto das comunidades. A ação sindical contribui para que este sistema de ensino seja reconhecido, valorizado, respeitado e devidamente apoiado pelo Estado português – hoje mais do que nunca, pois o EPE, tem de ser realçado novamente, tem de sair dos sucessivos ataques de

esquecimento, em que foi mergulhado por vários governantes ao longo das últimas décadas.

Num sistema de ensino tão específico e com tantas vicissitudes como é o EPE, é fundamental a união de esforços para que o movimento sindical se fortifique – para tal a sindicalização é essencial, pois a força de uma profissão está na capacidade e intervenção dos seus pares ao se unirem, esforçarem e defenderem coletivamente na luta pelos seus direitos e reivindicações. Através do movimento sindical, professores a lecionar em diferentes países, encontram um espaço de partilha de experiências, de apoio mútuo e de construção coletiva de soluções e atitudes para solucionarem os problemas que enfrentam no exercício da profissão.

Assim, ser dirigente sindical e ser sindicalizado no seio do Ensino Português no Estrangeiro é mais do que defender direitos profissionais ou meras quezílias de foro administrativo! É lutar pela valorização salarial e por melhores condições de trabalho. É também afirmar o valor da educação e da língua portuguesas. É promover a cooperação entre docentes que, mesmo longe de Portugal, continuam a desempenhar um papel fundamental na difusão da cultura e da identidade portuguesas no mundo •.

“
Para os professores que trabalham nos diversos países com contextos educativos e culturais distintos, o movimento sindical torna-se uma estrutura fundamental de apoio, de representação e de luta coletiva diversificada.



Plenário sindical no Núcleo do SPE/França em Lyon



impressões

MIGUEL VIEGAS (membro do SN da FENPROF)

Inteligência Artificial na Educação: um alerta aos professores

A Inteligência Artificial entrou já nas escolas. Não como resultado de um debate democrático, nem de uma decisão coletiva dos profissionais da educação, mas pela porta da frente das plataformas digitais controladas pelos gigantes tecnológicos. O problema não é tecnológico: é político. Quem controla estas ferramentas controla também os dados, os conteúdos e, poderá controlar cada vez mais, os próprios processos educativos.

Há hoje uma pressão crescente para introduzir sistemas de IA nas escolas como se fossem soluções inevitáveis e neutras. Mas não são. A forma como estas tecnologias estão a ser promovidas corre o risco de transformar a escola pública num espaço de padronização, onde algoritmos definem conteúdos, ritmos e formas de avaliação. Nesse modelo, o professor deixa de ser sujeito do processo educativo para se

tornar um mero operador de plataformas e procedimentos automáticos. A escola não é uma fábrica de ensinar. A educação é uma relação humana, feita de pensamento crítico, diálogo, criatividade e liberdade pedagógica, ou seja, tudo aquilo que não pode ser reduzido a fluxos de dados e respostas algorítmicas.

Sem controlo público e sem participação efetiva dos professores, a IA pode tornar-se um instrumento poderoso de standardização do ensino e de moldagem das consciências ao serviço do poder dominante e do seu pensamento único. Ao mesmo tempo, a recolha massiva de dados de alunos e docentes alimenta gigantescos sistemas de vigilância digital. Informação sensível sobre milhões de estudantes e trabalhadores da educação é capturada por plataformas privadas e transferida para servidores fora de qualquer controlo democrático.

Nunca na história empresas privadas concentraram tanto poder sobre o

conhecimento, a informação e os instrumentos de aprendizagem. A sua lógica não é pedagógica nem democrática: é a do lucro, do controlo de mercados e da acumulação de dados. Perante esta ofensiva tecnológica e ideológica, os professores não podem ficar calados. A introdução da Inteligência Artificial na educação exige regras claras, controlo público, transparência e participação ativa dos profissionais da educação.

A IA não pode ser um cavalo de Troia para subordinar a escola pública aos interesses das grandes companhias digitais e da sua lógica de lucro. A tecnologia deve servir a educação e não o contrário. Defender a autonomia pedagógica dos docentes é hoje defender a liberdade de ensinar, a democracia na escola e o futuro da educação pública. É tempo de alerta, de mobilização e de combate sindical! ●

A veia destruidora de Fernando Alexandre



CARTOON Henrique Monteiro

A Escola atual é inclusiva?

ANA SIMÕES (membro do SN da FENPROF)

O Decreto-Lei n.º 54/2018 instituiu em Portugal um novo paradigma de educação inclusiva, centrado na resposta à diversidade dos alunos e na participação plena de todos no currículo. Assenta numa abordagem multinível, com medidas universais, seletivas e adicionais, e valoriza o trabalho colaborativo das equipas educativas. Contudo, na opinião da FENPROF, a sua aplicação tem sido marcada por dificuldades estruturais significativas.

Desde a sua implementação, a FENPROF tem alertado que o problema não reside no modelo, mas na falta de condições para o concretizar. Persistem carências de recursos humanos, como professores de educação especial, técnicos especializados e assistentes operacionais, bem como de meios materiais e espaços adequados. Esta insuficiência compromete a qualidade das respostas e dificulta uma inclusão efetiva.

Em muitas escolas, verifica-se um desfazamento entre o espírito do diploma e a realidade. A sobrecarga dos docentes, o elevado número de alunos com necessidades específicas e as turmas numerosas limitam o acompanhamento individualizado. Acrescem a falta de formação adequada e a implementação apressada do diploma, que gerou constrangimentos organizacionais.

A escassez de profissionais e a pressão sobre os docentes dificultam a diferenciação pedagógica, gerando frustração e a perceção de ineficácia do modelo. Importa, porém, sublinhar que o problema não está no princípio da inclusão, mas na ausência das condições necessárias à sua concretização.

Sem recursos, surgem práticas que podem traduzir formas de exclusão, como a retirada frequente de alunos da sala ou a sua permanência sem apoio adequado. A inclusão exige investimento sustentado: contratação de profissionais, redução do número de alunos por turma, formação contínua e valorização do trabalho docente.

Em síntese, embora represente um avanço conceptual, o DL 54/2018 arrisca tornar-se apenas formal se não forem garantidos os meios necessários à sua aplicação efetiva.

A FENPROF continuará esta luta em defesa de uma Escola Pública inclusiva de qualidade para todos os cidadãos! ●



Educação Especial Insuficiências e polémicas

JOSÉ MANUEL COSTA (membro do SN da FENPROF)

A colocação de docentes em Educação Especial tem estado, nos últimos tempos, envolta em polémica. À já crónica falta de recursos humanos, docentes e também outros técnicos – que a FENPROF sempre denunciou e que limita fortemente uma inclusão efetiva, pela redução dos apoios proporcionados aos alunos que deles necessitam – somam-se fragilidades do próprio processo de colocações, minado pelo frequente incumprimento das regras legalmente definidas para a colocação nos grupos de recrutamento desta área, pois a legislação estipula a necessidade de os candidatos à respetiva especialização serem profissionalizados num outro grupo de recrutamento e detenham, pelo menos, cinco anos de serviço à data de início dessa mesma especialização (art. 4.º, n.º 2, do DL 95/97, de 23 de abril).

Ora, o que se tem verificado é que, por responsabilidade partilhada entre candidatos, diretores e Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), têm sido identificados numerosos casos em que os requisitos acima descritos não foram cumpridos, sendo o mais frequente incumprimento a inscrição nos cursos de especialização sem o mínimo de cinco anos de serviço. Mas até já se identificou pelo menos um caso de um docente inscrito no curso sem sequer deter habilitação profissional para outro grupo, tendo, ainda assim, sido aceite e, mais tarde, colocado...

Ora, a FENPROF já em diversas ocasiões exigiu do MECI esclarecimentos sobre este problema e sobre o que pretende fazer para compensar os docentes que, tendo cumprido a legislação, se viram ultrapassados nas suas preferências por candidatos que o não fizeram, mas, até agora, sem respostas concretas, o que não se admite num Estado de direito. ●



Dia Mundial da Trissomia 21

O Conselho Nacional da FENPROF, reunido recentemente, saúda todas as pessoas com trissomia 21, as suas famílias, educadores e profissionais que diariamente contribuem para uma sociedade mais justa, solidária e inclusiva. O órgão máximo da Federação entre congressos divulgou esta saudação a propósito do Dia Mundial da Trissomia 21, que se assinalou em 21 de março. “Esta é uma data que nos convida a celebrar a diversidade, a inclusão e o valor único de cada pessoa, reconhecendo às pessoas com trissomia 21, a sua força, autenticidade e contributo indispensável para uma sociedade mais humana e justa”, destaca o CN da FENPROF. ●

Exigindo a valorização da carreira docente e investimento efetivo na Educação

FENPROF entrega mais de 15 mil postais ao primeiro-ministro

Foram mais de 15 mil as assinaturas recolhidas ao longo dos 10 dias da Caravana Nacional "Somos Professores! Damos rosto ao futuro! Exigimos valorização, já!". Os postais com o abaixo assinado foram entregues no passado dia 20 de março em São Bento, na residência oficial do primeiro-ministro, na sequência do cordão humano convocado pela FENPROF e em que participaram dirigentes e delegados sindicais, bem como dezenas de outros professores. No texto, exige-se uma efetiva valorização da carreira docente e mais investimento na Educação, como forma de combater o grave problema da falta de professores em Portugal. "Investir na Educação é o caminho para garantir professores em todas as aulas, todos os dias. É isso que o Governo tem de assegurar, em respeito pela Constituição e pelo superior interesse das crianças e jovens", destaca o abaixo assinado.

Intervindo nesta ação, no largo da Estrela, os Secretários Gerais da FENPROF realçaram a necessidade da luta contra a tentativa de imposição de um Estatuto contrário à dignificação da profissão docente e condenaram a postura do Ministério da Educação nas negociações, em intervenções proferidas antes do início do cordão humano, ritmado pelos bombos do grupo "Batucando", do Montijo.

Num momento em que a falta de professores não dá mostras de abrandamento, em que se acentua o envelhecimento do corpo docente e em que se deterioram as condições de exercício da profissão, a FENPROF considera que o Governo está a empurrar a Escola Pública para uma situação de rutura, como sublinharam os dirigentes sindicais.

José Feliciano Costa lembrou que o MECI não considera as propostas da FENPROF para a valorização da carreira, alertou para as matérias mais negativas e preocupantes com que o Ministério pretende descaracterizar o Estatuto e fez um balanço da intervenção sindical na mobilização dos professores e no esclarecimento da opinião pública, como sucedeu na recente caravana sindical, que percorreu o país.

Depois de referir as deslocações de representantes da FENPROF ao Ministério da Educação e à Assembleia da República, Francisco Gonçalves sublinhou que "a luta vai ter mesmo que se intensificar", face às "alterações à legislação laboral", tanto no âmbito do pacote laboral como da revisão do ECD. Está em causa "o futuro na nossa profissão e o futuro da escola pública", concluiu. •



Somos Professores.
Damos Rosto ao Futuro!
Exigimos Valorização, já!

"Faltam professores
- e isso sente-se de forma
crescente nas escolas e na
vida de muitas famílias."



Mais de 15 000 postais
entregues ao governo

“Investir na Educação é o caminho para garantir professores em todas as aulas, todos os dias. É isso que o Governo tem de assegurar, em respeito pela Constituição e pelo superior interesse das crianças e jovens”, destaca o abaixo-assinado.



Caravana Nacional “Somos Professores. Damos rosto ao Futuro! Exigimos valorização, já!” em 10 apontamentos

“Os problemas do ensino são problemas do país”

O Largo de Camões, em Lisboa, acolheu no passado dia 4 de março os momentos finais da Caravana Nacional “Somos professores. Damos rosto ao futuro. Exigimos valorização, já!”, com uma concentração de professores e educadores, que foi, naturalmente, momento de balanço da iniciativa, iniciada a 19 de fevereiro, no Porto e na Região Autónoma da Madeira, e também de reafirmação de um combate que continua. A caravana decorreu nos 18 distritos do continente e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. No total terá percorrido mais de 2 500 quilómetros.

Os dirigentes da FENPROF e dos seus sindicatos confirmam que naqueles dias se viveu no país uma excelente campanha de mobilização social, animada e enriquecida por diferentes iniciativas, com ativa participação dos docentes e de muitos outros cidadãos, em plenários, debates e espaços de esclarecimento.

Foram atingidos os objetivos centrais que presidiram ao lançamento desta caravana:

- Deu-se visibilidade à gravíssima falta de professores, ao envelhecimento da profissão docente e a outros problemas que afetam a profissão, a Escola Pública, a educação e o ensino, distrito a distrito;
- Contribuiu-se para esclarecer a sociedade sobre os problemas que afetam

a profissão e a Escola Pública. Ficou um forte apelo à opinião pública portuguesa para que se junte à exigência de políticas que garantam professores qualificados para todos os alunos, todos os dias e em todas as aulas;

- Foi chamada a atenção para as recomendações e soluções defendidas por ONU, UNESCO e Internacional da Educação face ao problema atual da insuficiência de docentes qualificados para responder aos desafios educativos e das sociedades.

As moções “Pela Valorização Urgente da Carreira Docente, Pela Escola Pública; Pelo Direito à Educação” foram aprovadas nos 32 plenários realizados de norte a sul do país e em que participaram mais de cinco mil professores.



A iniciativa arrancou no dia **19 de fevereiro** (quinta-feira) no Porto e na RA Madeira. Na Invicta, o Secretário Geral Francisco Gonçalves e outros dirigentes estiveram na EBS Rodrigues de Freitas. A caravana seguiu depois para o Largo da Trindade, passando pela Escola Artística Soares dos Reis, onde Francisco Gonçalves denunciou o recurso abusivo à contratação a termo no ensino artístico profissional. A legislação que deveria garantir a conclusão, em pleno, do concurso extraordinário de

2023, regimes ordinários de recrutamento e definição de habilitações profissionais permanece por cumprir. Acresce que docentes que completaram a sua profissionalização continuam sem integração plena na carreira e, assim, a precariedade prolonga-se afetando os docentes das componentes técnico-artísticas do Ensino Artístico Especializado das Artes Visuais e Audiovisuais das Escolas Artísticas Soares dos Reis (Porto) e António Arroio (Lisboa).

Francisco Gonçalves lamentou que, ao fim de dois anos de mandato, o atual ministro da Educação continue a “empurrar com a barriga” a necessária resolução dos problemas que afetam a carreira docente e a Escola Pública, designadamente a falta de professores nas escolas portuguesas. O dirigente sindical falava à agência Lusa na Praça Pedro Nunes, à porta da Escola Secundária Rodrigues de Freitas e do Conservatório de Música do Porto.

À tarde, no distrito do Porto, a caravana passou pela ES António Sérgio e pela EBS de Pedrouços, onde se realizou um plenário de docentes.

Na Madeira, o Secretário Geral José Feliciano Costa participou nos vários contactos da caravana na ilha, que, logo no primeiro dia, passou por oito estabelecimentos de ensino, no Funchal, Caniço, Santa Cruz, Machico, Caniçal, Porto da Cruz e Santana.



2 No dia seguinte, **20 de fevereiro** (sexta-feira), a caravana prosseguiu na RA Madeira e realizou-se, no continente, em duas regiões: Braga (Minho) e Faro (Algarve).

No distrito a norte, a primeira paragem foi em Vila Nova de Famalicão. À tarde, seguiu para a Praça da República (Arcada), em Braga, onde se realizou um plenário distrital com a presença do Secretário Geral Francisco Gonçalves.

Em Faro, o dia começou junto das escolas de Loulé EB Padre Coelho Cabanita e EB Manuel Alves e seguiu depois para a EB Carlos da Maia, em Olhão. À tarde, no Largo da Pontinha, em Faro, realizou-se um plenário distrital com a presença do Secretário Geral José Feliciano Costa.

3 Ao mesmo tempo que continuava (e terminava) na Madeira, a caravana, no seu terceiro dia, **23 de fevereiro** (segunda-feira), prosseguiu no Minho, agora no distrito de Viana do Castelo, e também em Beja e na Região Autónoma dos Açores.

Em Viana, a Caravana Nacional “Somos Professores. Damos rosto ao futuro! Exigimos valorização, já!” partiu da EB23 Frei Bartolomeu dos Mártires e passou pela Escola Superior de Educação e pela Escola Superior de Tecnologia e Gestão do IPVC, onde o Secretário Geral Francisco Gonçalves aproveitou a ocasião para abordar a falta de atratividade da carreira docente para os jovens que frequentam o Ensino Superior.

Num breve depoimento a um canal de televisão, o dirigente sindical referiu que “é importante estarmos nesta escola com os futuros nossos colegas, chamando a atenção para a necessidade dos professores serem atores da democracia e exigindo a valorização da profissão docente e de uma educação de qualidade”.

À tarde, ainda em Viana do Castelo,

a caravana passou pela ES Monserrate, avançando depois para a ES Santa Maria Maior, onde Francisco Gonçalves falou num plenário de esclarecimento aos docentes.

Já em Beja, o encontro de docentes na Escola Secundária Diogo de Gouveia, que contou com a participação do Secretário Geral José Feliciano Costa, marcou o arranque da caravana no distrito. Ainda durante a manhã, os docentes seguiram em desfile até ao Jardim do Bacalhau. O dia terminou com uma reunião no Agrupamento de Escolas da Vidigueira.

Em Angra do Heroísmo, na Terceira (RA Açores), mais de 200 docentes participaram no plenário que decorreu no Auditório da EBS Tomás de Borba. Fernando Vicente, da Direção do SPRA e Luís Lobo, membros do Conselho Nacional e do Secretariado Nacional da FENPROF, respetivamente, foram os intervenientes no debate.

4 No quarto dia, **24 de fevereiro** (terça-feira), a caravana nacional desenrolou-se nos distritos de Vila Real e Évora, com a presença do Secretário Geral Francisco Gonçalves em Trás-os-Montes e José Feliciano Costa no Alentejo.

O SPZS realizou um plenário distrital no anfiteatro 1 do Colégio Luís Verney, polo da Universidade. Em seguida, a caravana deslocou-se para a Praça do Giraldo, onde se realizou uma tribuna pública. Nas suas intervenções, Manuel Nobre, Presidente do SPZS, e José Costa, Secretário-Geral da FENPROF, sublinharam a urgência de respostas concretas por parte do Governo que garantam uma efetiva valorização salarial, a estabilidade profissional e condições de trabalho dignas, indispensáveis à atratividade da profissão.

Na conhecida praça eborense, a caravana incluiu, ainda, momentos de contacto com a população e declarações à comunicação

social, dando expressão pública às reivindicações dos docentes.

Ainda no Alentejo, a caravana realizou uma paragem em Estremoz, junto à escola Secundária Rainha Santa Isabel.

No distrito transmontano, a jornada começou na EB2.3 Diogo Cão. Seguiu-se um plenário de rua na Avenida Carvalho Araújo, em frente ao Conservatório de Música de Vila Real e a passagem pelo Agrupamento de Escolas Morgado Mateus.

À tarde, a caravana passou por Chaves, onde o Secretário-Geral da FENPROF Francisco Gonçalves e alguns dirigentes do SPN reuniram com o Vice-Presidente da Câmara Municipal de Chaves, Tiago Caldas, e com o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior.

Em declarações à Rádio Alto Tâmega, Francisco Gonçalves abordou os impactos da falta de professores a nível geral e na região transmontana e deixou um forte alerta para o envelhecimento do corpo docente, entre outros problemas que afetam a profissão, a escola pública, a educação e o ensino no nosso país. Desde que entrou em funções, realçou Francisco Gonçalves, o ministro Fernando Alexandre não avançou uma única medida positiva para resolver os problemas dos professores e das escolas.

5 A caravana passou no dia **25 de fevereiro** (quarta-feira), pelos distritos de Bragança, Portalegre e pelas ilhas do Pico e Graciosa.

Em Bragança, a primeira paragem foi na EBS de Vila Flor, seguindo-se a passagem pelo Agrupamento de Escolas de Mirandela. Já à tarde, a Caravana esteve em Macedo de Cavaleiros, onde se realizou um plenário de docentes que contou com a participação do Secretário Geral da FENPROF Francisco Gonçalves.

Em Portalegre, sala cheia no plenário realizado na Escola Secundária São Lourenço



e também na concentração no Jardim da Corredoura. O Secretário Geral da FENPROF José Feliciano Costa acompanhou este dia de luta no Alto Alentejo.

Na Região Autónoma dos Açores, a caravana passou pelas ilhas do Pico e da Graciosa, onde se realizaram dois plenários de docentes: um na EBS das Lajes do Pico, o outro na EBS da Graciosa.

6 No dia **26 de fevereiro** (quinta-feira), a caravana chegou aos distritos de Viseu e Setúbal. Na capital do Sado, começou no Agrupamento de Escolas João de Barros, no Seixal (Corroios), e no AE Ordem de Santiago, em Setúbal.

Cerca de mil professores e educadores convergiram para o Barreiro e participaram no desfile da Caravana no Barreiro, que ligou a Escola Secundária de Santo André ao

Parque da Cidade, onde o Secretário-Geral José Feliciano Costa presidiu a um plenário distrital de esclarecimento. A propósito do pacote laboral, o dirigente da FENPROF salientou que se trata de “uma luta de todos”. “O que acontecer no código do trabalho tem implicações diretamente com o trabalho em funções públicas que é o nosso código de trabalho, dos trabalhadores da administração pública; tem implicações diretamente no processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente. Não se esqueçam que isto está a decorrer em simultâneo...”

Em Viseu, mais de três centenas de professores e educadores esgotaram e ultrapassaram a lotação do Auditório Mirita Casimiro, para participar no plenário que contou com a presença de Francisco Gonçalves.

A caravana seguiu depois para o Rossio, onde o Secretário-Geral fez um primeiro balanço desta iniciativa, recordando os

motivos que levam a FENPROF a percorrer o país: esclarecer os docentes relativamente ao processo de revisão do ECD e alertar a sociedade para os problemas da falta de professores e do envelhecimento da profissão. O dirigente sindical falou da necessidade de ampliar a luta, “caso o Ministério se negue a garantir no Estatuto os pontos que consideramos centrais”.

7 Os distritos da Guarda e Castelo Branco foram visitados pela caravana no dia **27 de fevereiro** (sexta-feira), que teve também expressão na RA Açores.

Nas Beiras, a iniciativa sindical contou com a participação dos Secretários Gerais da FENPROF: José Feliciano Costa em Castelo Branco e na Covilhã e Francisco Gonçalves na Guarda... Aqui, o dirigente sindical abordou a dinâmica desta caravana, que tem permitido

Obrigado!

Numerosas rádios locais e órgãos da imprensa regional escrita (em suporte de papel e no digital) deram eco das ações desenvolvidas em diferentes localidades, no âmbito da caravana “Somos Professores. Damos rosto ao futuro! Exigimos valorização, já!”, com notícias, reportagens e entrevistas. Deixamos já de seguida aos nossos leitores alguns dos jornais e rádios que, um pouco por todo o país, nos 18 distritos do continente e nas regiões autónomas, informaram as populações sobre a caravana organizada pela FENPROF, com rigor e empenhamento dos seus colaboradores. | **JPO**

Norte e Centro:

- Rádio Cova da Beira (Fundão)
- Rádio Altitude (Guarda)
- Jornal O Interior (Guarda)
- Rádio Universidade de Coimbra
- Notícias de Coimbra
- Diário As Beiras (Coimbra)
- Jornal de Leiria
- Rádio Terra Nova (Gafanha da Nazaré)
- Rádio Universidade FM (Vila Real)
- Jornal A Voz de Trás-os-Montes (Vila Real)
- Jornal O Minho (Braga)
- Rádio GEICE (Viana do Castelo)
- Jornal Guimarães Digital
- Rádio Dão Digital (Viseu)
- Diário Regional de Viseu
- Jornal do Centro (Viseu)
- Rádio Douro Nacional (Lamego)
- Rádio Clube da Covilhã
- Rádio Caria (Belmonte)
- Jornal Diário Digital (Castelo Branco)

Grande Lisboa/Oeste:

- Jornal Gazeta das Caldas (Caldas da Rainha)
- Jornal das Caldas (Caldas da Rainha)
- Jornal Alvorada (Lourinhã)
- Jornal O Mirante (Santarém)

Sul:

- Jornal A Voz do Algarve (Loulé)
- Jornal do Algarve (V. Real de Santo António)
- Jornal Diário OnLine Região Sul (Quarteira)
- Rádio Castrense (Castro Verde)
- Jornal O Atual (Cuba)
- Rádio Vidigueira

RA Madeira:

- Jornal da Madeira

RA Açores:

- Jornal Diário dos Açores
- Jornal Açoriano Oriental



contactos e momentos de diálogo com pais e encarregados de educação e respetivas associações, autarcas, estabelecimentos de ensino superior (onde os problemas da precariedade estão na ordem do dia), escolas do ensino privado e cooperativo, entre outras.

A necessidade imperiosa de rejuvenescimento da profissão docente foi tema destacado da intervenção de Francisco Gonçalves no plenário realizado na Guarda, em que o dirigente sindical realçou: “Os problemas do ensino são problemas do país”.

Na Região Autónoma dos Açores, a caravana esteve nas ilhas do Faial e de São Miguel. Anabela Sotaia, presidente do Conselho Nacional da FENPROF, participou nos plenários de Ponta Delgada.

8 **2 de março** (segunda-feira). Nova semana, novo mês, nova etapa. A Caravana Nacional “Somos professores. Damos rosto ao futuro. Exigimos valorização, já!” avança agora no litoral, contactando a população e passando a mensagem de mobilização dos professores para fazer face ao ataque à profissão e à Escola Pública que o governo tem em curso, designadamente com a revisão do ECD, motivo maior desta iniciativa. A última semana da Caravana Nacional iniciou-se nos distritos de Aveiro e Leiria. Em várias intervenções dos dirigentes da FENPROF ficaram os alertas face às políticas que apontam a destruição da especificidade e autonomia funcional da profissão docente, que não pode deixar de estar enquadrada num corpo especial da Administração Pública.

Em Leiria, por força da destruição e outras consequências ainda muito marcadas das recentes intempéries, as atividades decorreram na cidade das Caldas da Rainha e contaram com a presença do Secretário Geral José Feliciano Costa numa concentração e plenário na Praça 25 de Abril.

Em Aveiro, a caravana começou a manhã na capital do distrito, onde se realizou um

plenário com a presença do Secretário Geral Francisco Gonçalves. À tarde, na região Norte do distrito, após passar por várias escolas dos concelhos de Ovar, Espinho, Santa Maria da Feira, o dia da caravana terminou em São João da Madeira com um plenário com a participação de Anabela Sotaia, presidente do Conselho Nacional da FENPROF.

9 A caravana avançou na Beira Litoral, no Ribatejo e na RA Açores em **3 de março** (terça-feira), passando pelos distritos de Coimbra e Santarém e também pelas ilhas de São Jorge, de Santa Maria e Corvo. No penúltimo dia desta campanha, o Secretário Geral José Feliciano Costa esteve em Santarém e em Rio Maior. “Todas as alterações dos processos de revisão do Estatuto da Carreira Docente nestes quase últimos 50 anos foram no sentido de o melhorar; esta não, esta vai no sentido de acabar com ele”, alertou José Feliciano Costa em Rio Maior.

Em Coimbra, o Secretário-Geral Francisco Gonçalves acompanhou todas as atividades da caravana que animaram a Baixa da cidade ao longo da tarde. Francisco Gonçalves fez um balanço provisório da caravana, destacando os contactos com as populações em geral e com os educadores e professores em plenários, reuniões e encontros realizados dentro e fora de escolas. “Estivemos em jardins de infância, em escolas do 1.º Ciclo, em EB 2/3, em escolas secundárias, em instituições de ensino superior, em escolas de formação de professores, nas escolas artísticas de Lisboa e Porto, em estabelecimentos do ensino particular e cooperativo”, referiu o dirigente sindical, que também chamou a atenção para a subscrição do postal divulgado durante a caravana, que “em breve faremos chegar ao Primeiro Ministro” e em que se exige uma efetiva valorização da carreira docente e mais investimento na Educação como forma de combater o grave problema da falta de professores no nosso país.

Mário Nogueira, ex-Secretário Geral da FENPROF e presidente da Mesa da Assembleia Geral do SPRC, também se juntou ao plenário final na Praça 8 de Maio.

10 **4 de março** (quarta-feira). Uma concentração de professores e educadores no Largo de Camões, em Lisboa, encerra a caravana. Presentes os Secretários Gerais da FENPROF, Francisco Gonçalves e José Feliciano Costa, e o Secretário Geral da CGTP-IN, Tiago Oliveira. Também nos Açores, a Caravana chegava ao fim, com um plenário na Ilha das Flores.

Na intervenção de abertura, Francisco Gonçalves fez um balanço dos dez dias de viagem pelos 18 distritos de Portugal Continental, pelas nove ilhas da Região Autónoma dos Açores e pela maioria dos concelhos da Região Autónoma da Madeira. “Estivemos com milhares de cidadãos nestes 10 dias e todos, professores, educadores, trabalhadores do setor, autarcas, pais e encarregados de educação, cidadãos em geral, perceberam que, de facto, é preciso valorizar o Estatuto da Carreira Docente se realmente queremos uma escola pública de qualidade”, salientou.

Por seu turno, José Feliciano Costa declarou que, apesar de ser o encerramento desta caravana nacional, “a luta dos professores e educadores não termina aqui”. Deixou um alerta aos docentes para que se mantenham atentos ao processo negocial de revisão do Estatuto da Carreira Docente e para que estejam preparados e determinados para lutar por uma efetiva valorização da carreira, das condições de trabalho e pelo futuro da Escola Pública. “Vivemos um momento decisivo para a escola pública e para a profissão docente em Portugal”, alertou José Feliciano Costa.

O dirigente da CGTP-IN, Tiago Oliveira, saudou a luta dos docentes pela valorização do ECD, mas também contra o pacote laboral que o Governo pretende impor aos



trabalhadores. Para a Intersindical Nacional, só a luta de quem trabalha poderá impedir um retrocesso brutal e o maior ataque aos direitos dos trabalhadores em Portugal desde o 25 de Abril de 1974.

Durante a manhã, a caravana passou pelos concelhos de Sintra e Amadora. No AE Queluz-Belas, em Sintra, o Secretário Geral da FENPROF José Feliciano Costa falou sobre a

importância do investimento na Educação e da preservação da Escola Pública, afirmando a dado passo:

“A escola pública é uma estrutura, é uma instituição que Abril nos trouxe. É uma escola que nós queremos de qualidade, que garanta a todos as mesmas oportunidades. A defesa desta escola é uma tarefa de todos nós”. A iniciativa sindical passou ainda pela Escola

Artística António Arroio, onde os estudantes se juntaram aos professores numa concentração à porta do conhecido estabelecimento escolar de Lisboa.

A caravana nacional teve expressão também na ilha das Flores, na RA Açores, onde o Auditório Cândida Almeida, da EBS local, acolheu um plenário sindical. ●

Mensagens deixadas pela caravana

● **As intenções do Governo para a carreira dos docentes** vão sendo cada vez mais claras e as explicações dadas não são de molde a tranquilizar: fragilização dos vínculos, discricionariedade na contratação, extinção do corpo especial dos docentes, integração dos professores e educadores em mapas de pessoal e, desse modo, extinção do regime de quadros, integração do conceito de procedimento concursal como forma de adoção de fatores de seleção mais subjetivos, abolição do conceito de vinculação dinâmica, dependência da celebração de contratos por tempo

indeterminado da cabimentação orçamental e não das necessidades reais das escolas e do sistema educativo, nivelação por baixo das obrigações habilitacionais, introdução de novos períodos experimentais, possibilidade de celebração de contratos individuais de trabalho, possibilidade de atribuição da contratação aos diretores das escolas/agrupamentos. A falta de docentes no nosso país continua a ser uma das principais preocupações do setor, como destacaram os apontamentos de reportagem em vários órgãos de comunicação social que acompanharam a caravana.

● **A FENPROF não aceita** que as suas propostas sobre o ECD sejam sistematicamente ignoradas num processo negocial que incide sobre um diploma fundamental da profissão docente e dos seus desafios atuais e do futuro, como o envelhecimento da profissão e a falta de professores.

A atitude de bloqueio do Ministério revela não apenas desrespeito institucional, mas também a tentativa de marginalizar a intervenção sindical, esvaziando o próprio sentido da negociação. ●

Só haverá uma efetiva valorização do ECD...

... se houver garantia de, num contexto de negociação séria:

1. Valorização da carreira e das remunerações: revisão do ECD para eliminar a discriminação em função do vínculo, reduzir a duração da carreira, recuperar a paridade com os técnicos superiores e garantir a contagem integral do tempo de serviço, sem ultrapassagens;

2. Organização do trabalho e avaliação: estabelecimento de um horário letivo base de 20 horas para todos, com garantia de 35 horas de horário global semanal, clarificação

das componentes letiva/não letiva, redução da burocracia e fim das vagas e quotas na avaliação do desempenho, adotando o modelo de matriz efetivamente formativa;

3. Recrutamento e formação: manutenção da habilitação profissional como regra, prioridade ao concurso nacional e à graduação profissional, e garantia de formação gratuita, com dispensa de serviço e efeitos na progressão no caso da obtenção de graus académicos superiores e formação especializada;

4. Proteção social e apoios: criação

de apoios para deslocação e alojamento, integração da Mobilidade por Doença como mecanismo de proteção (não devendo assumir a forma de concurso), regime de aposentação que reconheça a especificidade da profissão e o acentuado desgaste inerente ao seu exercício prolongado e regime disciplinar idêntico ao da Administração Pública. ●

Das moções aprovadas nos plenários realizados no âmbito da Caravana Nacional, que, a par da resolução aprovada pelo Conselho Nacional da FENPROF, foi entregue recentemente no MECI



Pacote Laboral: E agora?

ANABELA SOTAIA (Presidente do CN da FENPROF*)

O processo em torno do chamado pacote laboral do governo confirma o que desde o início foi denunciado: estamos perante uma ofensiva contra direitos fundamentais de quem trabalha, construída de forma enviesada, opaca e à margem de um verdadeiro diálogo social. Sob a capa da “modernização”, o que se pretende é facilitar despedimentos, desregular horários, fragilizar a contratação coletiva, limitar a ação sindical e o direito à greve, e generalizar a precariedade.

A realidade social torna este caminho ainda mais inaceitável. Num contexto de agravamento do custo de vida — energia, habitação, bens essenciais — os trabalhadores enfrentam dificuldades crescentes para viver com dignidade. Como foi sublinhado no Conselho Nacional da CGTP-IN, os salários permanecem muito aquém das necessidades, enquanto grandes grupos económicos acumulam lucros milionários. O problema do país não está nos direitos de quem trabalha, mas na sua contínua erosão.

Ao longo de todo este processo, o Governo recusou discutir seriamente as propostas apresentadas pela CGTP-IN, afastando-a dos espaços de decisão e tentando desvalorizar o papel da organização mais representativa dos trabalhadores. Este afastamento não é inocente: traduz a intenção de impor um pacote alinhado com os interesses patronais, ignorando quem vive do seu trabalho.

Contudo, a luta dos trabalhadores já deixou marcas profundas neste processo. A grandiosa Marcha de 8 de novembro, a

grande Greve Geral de 11 de dezembro, a entrega de mais de 190 mil assinaturas e as múltiplas ações de protesto demonstram uma ampla rejeição social deste pacote. Foi essa mobilização que condicionou o rumo dos acontecimentos, expôs a fragilidade política das opções do Governo e impediu, até agora, a concretização do seu projeto.

Perante este ponto de situação, a resposta não pode ser de recuo — exige-se, isso sim, o reforço da luta. A convocação de uma grande manifestação nacional, no próximo dia 17 de abril, em Lisboa, constitui um passo decisivo para afirmar, nas ruas, uma exigência clara: a retirada do pacote laboral e a abertura de um verdadeiro processo negocial.

É esse o caminho que importa prosseguir: intensificar a mobilização nos locais de trabalho, esclarecer, envolver mais trabalhadores e alargar a convergência social em torno da defesa dos direitos. Porque está nas mãos dos trabalhadores o desfecho deste processo. E porque só com luta será possível não apenas travar este retrocesso, mas avançar na conquista de melhores salários, horários dignos, estabilidade no emprego e respeito pelos direitos consagrados na Constituição.

A questão que se coloca é clara: ou se impõe um modelo de regressão social, ou se afirma um caminho de progresso com justiça. E essa escolha faz-se, como sempre, na luta coletiva! O próximo passo desta luta coletiva é a participação, no dia 17 de abril, na manifestação nacional da CGTP, em Lisboa, contra o pacote laboral. •

* membro da Comissão Executiva da CGTP-IN

Manifestação nacional a 17 de abril

“Abaixo o Pacote Laboral! Aumentar salários, garantir direitos, é possível uma vida melhor”

A CGTP-IN convocou uma manifestação nacional para o próximo dia 17 de abril, em Lisboa, pelo aumento geral e significativo dos salários e pensões, contra o aumento do custo de vida, pela garantia de direitos, pela defesa e reforço dos serviços públicos, pela revogação das normas gravosas da lei que já hoje tanto prejudicam os trabalhadores e pela derrota do Pacote Laboral

Esta jornada de luta, para a qual se prevê uma grande participação de trabalhadores, de todo o país, decorrerá com o lema “Abaixo o Pacote Laboral! Aumentar salários, garantir direitos, é possível uma vida melhor”.

O Conselho Nacional da FENPROF, reunido recentemente em Lisboa, decidiu apelar à participação dos docentes e investigadores nesta manifestação nacional da CGTP, “bem como em todas as iniciativas que venham a ser convocadas por esta Central ou pela Frente Comum, designadamente nas comemorações dos 50 anos da Constituição da República Portuguesa, do 25 de Abril e do 1.º de Maio”. •

Monodocência

Não basta reconhecer reivindicações, é urgente garantir equidade

CATARINA TEIXEIRA e CÁTIA DOMINGUES (membros do SN FENPROF)

No dia 12 de março, teve lugar, na Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República a audição sobre a petição “Por melhores condições de trabalho dos docentes da Educação Pré-Escolar e do 1.º ciclo do Ensino Básico”, promovida pela FENPROF. Esta iniciativa deu visibilidade às condições em que milhares de docentes exercem funções em regime de monodocência e colocou na agenda política a necessidade de medidas que garantam maior equidade, nomeadamente no que respeita à organização do horário, à aplicação efetiva das reduções da componente letiva previstas no Estatuto da Carreira Docente e ao reconhecimento das funções desempenhadas.

De um modo geral, as preocupações e reivindicações apresentadas pela FENPROF foram acolhidas pelos diferentes grupos parlamentares, que reconheceram a exigência acrescida associada à monodocência e a necessidade de valorizar

estes profissionais.

Ainda assim, foram evidentes os entraves, por parte do PSD, bem como de CH e IL, à valorização da carreira docente e à equidade nas condições de trabalho face aos restantes docentes. Esta posição ficou marcada pelo recurso, por parte da deputada relatora do PSD, a legislação já revogada, para sustentar que as justas reivindicações, como a menção do artigo 120.º relativo ao regime especial de aposentação, estavam já consagradas, revelando, dessa forma, o profundo desconhecimento deste grupo parlamentar do quadro legal vigente!

O debate promovido por estes partidos revelou uma tendência para diluir o papel educativo da escola, em particular na educação pré-escolar e no 1.º ciclo, numa lógica de resposta predominantemente social. Esta perspetiva desvaloriza a dimensão pedagógica do trabalho docente e contribui para legitimar a sobrecarga e a intensificação do trabalho dos docentes.

A escola pública não pode ser entendida como uma resposta de

guarda ou de ocupação dos tempos das crianças. O seu papel central é educativo, exigindo condições adequadas para o desenvolvimento de práticas pedagógicas de qualidade. Confundir estas dimensões é ignorar a especificidade do trabalho docente e comprometer o direito das crianças a uma educação de qualidade.

A FENPROF reafirma, assim, a necessidade de garantir equidade entre todos os docentes, assegurando que quem exerce em regime de monodocência possa usufruir, na prática, dos mesmos direitos consagrados no Estatuto da Carreira Docente. Para a FENPROF, valorizar estes docentes é essencial para reforçar a escola pública e responder, com qualidade, às exigências do sistema educativo. ●

“
A escola pública não pode ser entendida como uma resposta de guarda ou de ocupação dos tempos das crianças. O seu papel central é educativo, exigindo condições adequadas para o desenvolvimento de práticas pedagógicas de qualidade.





Lutar pelo salário é um combate pelo futuro!

DULCE PINHEIRO (membro do SN FENPROF)

Com ABRIL 2026 a despontar, continuam os trabalhadores da Administração Pública, entre os quais professores e investigadores, confrontados com decisões desastrosas do governo PSD/CDS que teima em malbaratar a riqueza produzida no país.

A sua governação vai no sentido de alimentar a máquina da guerra que viola o direito internacional, que mata milhares de inocentes, entre os quais crianças,...; vai no sentido de continuar a encher algibeiras, já a abarrotar, de grandes grupos económicos e de grandes interesses, ao invés de investir em quem e no que faz o país avançar para o desenvolvimento e o progresso com maior justiça social, como são os serviços públicos, os seus trabalhadores que dão corpo às funções sociais do Estado!

Neste contexto, o cenário salarial de professores e investigadores, em 2026, fica marcado:

- pelo simulacro de negociação no ministério das Finanças, com a Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP) – não respondeu às 73 propostas que esta organização sindical entregou em setembro 2025; deu por encerrado qualquer negociação neste âmbito, em 14 de janeiro de 2026, com

o OE2026 já aprovado na Assembleia da República, publicado em DR e em plena execução.

- pelo vergonhoso aval que a FESAP e a Frente Sindical/STE, ambos da UGT, deram ao governo prolongando o afrontoso acordo plurianual – de empobrecimento – para 2029, apesar do reconhecimento da ausência de mais valia para aqueles a quem se destina...

Estas estruturas da UGT são co-responsáveis pela sistemática desvalorização e degradação salarial: validaram os 56,58€ ou 2,15% de aumento (salários acima de 2 679,17€) e a miserável quantia de 15 cêntimos no subsídio de refeição! Resultado: não há qualquer compensação para a inflação acumulada – a somar desde 2009 – que origina perdas brutais no poder de compra e, não cobre sequer, o aumento de custo de vida que já se faz sentir em 2026 – o cabaz essencial de 63 produtos monitorizado pela Deco ainda não parou de subir desde o início do ano, fixando-se num novo máximo de 254,40 euros!

Vários estudos apontam que os professores e investigadores do ensino público sofram, no seu vencimento ilíquido real, uma perda de poder de compra estimada entre 13% até cerca de 30%! Ela

é notória na gestão do dia-a-dia das famílias e impacta negativa e irreversivelmente, no valor das futuras pensões de aposentação! Que fazer, então?

A FCSAP, onde a FENPROF intervém, recusa que este quadro. Entregou ao governo uma proposta, com 5 prioridades. À cabeça exige uma revisão salarial intercalar, solução adotada, num passado recente, por outro governo, após intensa luta.

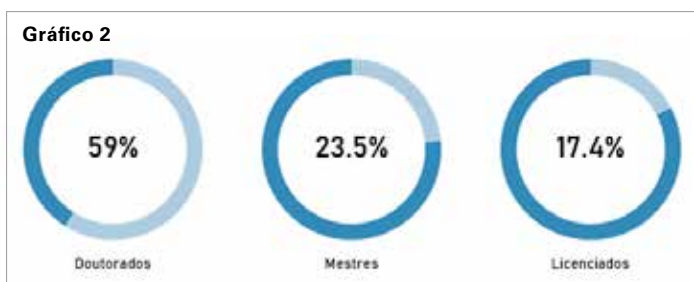
Não esperamos sentados: recorda-se a concentração e desfile a 13 de março, em Lisboa, onde participaram centenas de quadros sindicais, entre os quais professores.

Outras lutas se desenham, procurando a sua articulação com os combates pela valorização do ECD e contra o pacote laboral, pois, não cabem no nosso vocabulário de ação as palavras desistir de lutar por aquilo que é justo e necessário! •

“
Vários estudos apontam que os professores e investigadores do ensino público sofram, no seu vencimento ilíquido real, uma perda de poder de compra estimada entre 13% até cerca de 30%”

Estudo sobre o inquérito às condições de precariedade dos docentes convidados no ensino superior público

O relatório do inquérito promovido pela FENPROF analisa as condições de precariedade dos docentes convidados no ensino superior público português.



O perfil dos inquiridos revela um corpo docente altamente qualificado e experiente: 59% possuem doutoramento, mais de 40% têm mais de 10 anos de experiência no ensino superior e a maioria situa-se entre os 40 e os 55 anos.

A presença expressiva de doutorados em situações contratuais não permanentes sugere que a obtenção do grau de doutor não se traduz, de forma automática, em acesso a vínculos estáveis no ensino superior público.

Trabalho permanente/ vínculo precário

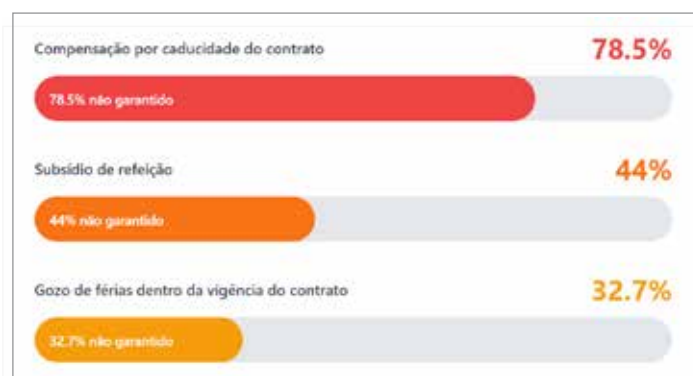
Este estudo procura clarificar a realidade dos chamados “falsos convidados” e evidenciando as condições efetivas de instabilidade laboral vividas por estes docentes que, apesar de não integrarem a carreira, asseguram uma parte substancial das atividades letivas nas instituições de ensino superior (IES).

Os dados apresentados desmontam a narrativa de que o regime de convite corresponde a situações transitórias ou a

fases iniciais da carreira académica, tornando-se inequívoco que a precariedade identificada não é episódica, mas estrutural, decorrente da utilização sistemática da figura de “professor convidado” para satisfazer necessidades permanentes de ensino.

Direitos em causa

O relatório identifica ainda indícios consistentes de violação de direitos laborais, entre os docentes com contratos parciais:



Este relatório demonstra que a precariedade no ensino superior português não é um problema marginal ou temporário, mas uma questão estrutural que exige resposta política urgente e abrangente.

A dignificação da carreira docente no ensino superior não constitui apenas uma reivindicação sindical legítima; é uma condição indispensável para garantir qualidade académica, estabilidade institucional e respeito pelo trabalho altamente qualificado que sustenta o sistema público de ensino superior. •



Dia Nacional da Juventude

Realizou-se no dia 28 de março, em Lisboa, uma manifestação nacional de jovens convocada pela CGTP-IN. Respondendo ao apelo da InterJovem, organização juvenil da Central unitária, milhares de jovens acorreram à Praça da Figueira, exigindo melhores condições de vida. “O Pacote é p’ra cair! + salário + direitos” foi tema central desta jornada, que realçou a determinação da juventude trabalhadora. Jovens professores marcaram presença. No Campo das Cebolas registaram-se as intervenções de Alice Martins, operária têxtil e membro da Direção Nacional da Interjovem e Tiago Oliveira, Secretário Geral da CGTP-IN, que reafirmaram o compromisso de intensificar a luta reivindicativa, a mobilização pela rejeição do Pacote Laboral e a luta por mais salário, mais direitos, contra o aumento do custo de vida e em defesa dos serviços públicos e das funções sociais do Estado. •

Campanha “Respeito e Valorização, Já!”

Resultados alcançados e novos desafios

TIAGO DIAS (membro do SN da FENPROF)

Página da campanha



O lançamento da campanha “Respeito e Valorização, Já!”, a 15 de janeiro, veio acentuar a intervenção da FENPROF e dos seus sindicatos junto das instituições de ensino superior (IES), bem como do Governo e dos partidos políticos, para assegurar o respeito pelos direitos remuneratórios e a valorização das carreiras.

A primeira fase da campanha, centrada na correção do posicionamento salarial, registou já resultados relevantes. A resposta de muitos docentes e investigadores permitiu detetar, em diversas IES, novas situações de erro de colocação e confirmar outras onde já existiam suspeitas. Na sequência da intervenção sindical, essas situações começaram a ser corrigidas, estando ainda em curso em alguns locais a reposição de montantes em dívida e a atualização salarial. Importa, ainda assim, que todos verifiquem a sua situação, sendo que a página da campanha explica como o podem fazer. As IES foram também alertadas para corrigirem a informação dos recibos de vencimento, nomeadamente quanto a escalões e índices, processo em curso.

Em março, a campanha entrou numa nova fase, centrada na aplicação das regras de progressão obrigatória decorrentes da Lei n.º 55/2025. Esta lei estabelece a progressão obrigatória após três anos com menção máxima, oito anos com avaliação positiva, ou nove anos quando os ciclos sejam trienais, regras que, no entendimento da FENPROF, se aplicam também às carreiras docentes. O tema foi já abordado com o CRUP, o CCISP, com os grupos parlamentares do BE, PCP e PS (aguardando-se resposta de outros) e com o Governo, em reuniões com o Ministro e as Secretárias de Estado da Ciência e Inovação e da Administração Pública. O que se verifica é um inaceitável empurrar de responsabilidades: o Governo remete para as IES e estas invocam falta de orientações e de meios para adiar a aplicação da lei. Para a FENPROF, a lei tem de ser cumprida e os docentes e investigadores não podem continuar a ser prejudicados. A luta terá de se intensificar. Em breve, o website da campanha disponibilizará mais informação sobre a forma de reivindicar a aplicação destas regras nas IES.

Defender um salário justo é defender o valor do nosso trabalho. Respeito e valorização, já! •

RESPEITO E VALORIZAÇÃO

Docentes do Ensino Superior e Investigadores Científicos

Tens a certeza de que estás a receber o salário a que tens direito?

RESPEITO E VALORIZAÇÃO JÁ!

Vê o que temos para ti!

www.fenprof.pt/superior-exigimos-respeito-e-valorizacao-ja

FENPROF



Negociação sobre avaliação na carreira científica

Uma delegação do Departamento do Ensino Superior e Investigação (DESI) da FENPROF reuniu, no passado dia 25 de fevereiro, no Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), tendo como principal objetivo dar continuidade ao processo negocial para a criação do regulamento de avaliação do desempenho dos trabalhadores integrados na carreira especial de investigação científica, que exercem funções nos Laboratórios do Estado e noutros serviços da administração direta e indireta do Estado, conforme previsto no n.º 7 do artigo 23.º do Estatuto da Carreira de Investigação Científica (ECIC), constante do anexo I à Lei n.º 55/2025, de 28 de abril. Esta foi a segunda reunião do processo negocial em curso entre a FENPROF e o Governo sobre esta matéria. Pelo Governo participaram Helena Canhão, Secretária de Estado da Ciência e Inovação (SECI), e Marisa Garrido, Secretária de Estado da Administração Pública. Mais pormenores: www.fenprof.pt/superior •



Escolas Artísticas António Arroio e Soares dos Reis em luta:

FENPROF exige que MECI cumpra a Lei e acabe com a precariedade

MANUEL GUERRA (membro do SN FENPROF)

Docentes das Escolas Artísticas António Arroio e Soares dos Reis protestam contra o incumprimento da lei.

No passado dia 17 de março, os docentes das componentes técnico-artísticas do Ensino Artístico Especializado das Artes Visuais e Audiovisuais voltaram a mobilizar-se. As Escolas Artísticas António Arroio (Lisboa) e Soares dos Reis (Porto) foram palco de concentrações onde se denunciou o não cumprimento da lei do Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI). Os protestos contaram com a presença do Secretário-Geral, Francisco Gonçalves, no Porto, e do Secretário-Geral, José Feliciano Costa, em Lisboa, reforçando o acompanhamento que a FENPROF tem realizado junto destes professores.

O que o Ministério insiste em não cumprir?

Embora a ação sindical tenha garantido vitórias — como as vinculações de 2018 e 2023 e a aprovação do **Decreto-Lei n.º 94/2023** —, o MECI falha no cumprimento da lei. Os docentes apontam três aspectos críticos:

- **Entrave à profissionalização:** A não abertura de vagas para profissionalização em serviço destinadas a estes docentes, no atual ano letivo, impede que docentes abrangidos pelo concurso extraordinário de 2023 concluam o seu processo de vinculação. Esta é uma situação de total irresponsabilidade da tutela, cujas consequências não podem ser imputadas aos trabalhadores.

- **Recrutamento travado:** A não aplicação do regime ordinário de recrutamento continua a impedir a vinculação de professores que já cumprem todos os requisitos legais.

- **Vazio de Habilitações:** A ausência de definição dos respetivos grupos de

recrutamento, apesar do acordado, mantém estes docentes num limbo, sem estabilidade na carreira.

A esta lista somam-se os casos de vários docentes que, tendo já concluído a profissionalização após o último concurso extraordinário, continuam sem ver concretizada a sua integração plena na carreira docente.

Desconhecimento? Inaceitável!

No dia das concentrações, o Ministro da Educação declarou aos órgãos de comunicação social não ter “ideia de ter recebido informação” sobre esta situação. **Esta afirmação é inaceitável!** A FENPROF tem alertado reiteradamente o Ministério para estes problemas desde 2024, através de ofícios diretos e intervenções em múltiplas reuniões. Alegar desconhecimento é uma falta de respeito por quem assegura diariamente o funcionamento destas escolas.

A luta prossegue

Tal como no passado — incluindo em momentos de enorme exigência, como o período da pandemia — estes docentes e a FENPROF não baixarão os braços. Não falta informação ao MECI; falta vontade política para resolver a situação de quem é indispensável ao ensino artístico especializado público. Valorização, já! •

IPSS: injustiças e ilegalidades

A FENPROF participou na greve nacional, de 26 de março, dos trabalhadores das instituições particulares de solidariedade social (IPSS), que abrangeu, também, todos os educadores de infância, professores do ensino básico e do ensino secundário. Paralelamente à greve, os trabalhadores realizaram uma vigília de protesto durante 24 horas junto à sede da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), no Porto, que não tem demonstrado abertura

para negociar com a Comissão Negociadora Sindical, cingindo-se apenas a apresentar uma proposta final igual ao acordado com outra frente sindical. A redução do horário dos educadores de infância para 25 horas letivas semanais e cinco horas para o registo e avaliação individual das crianças, atendimento das famílias e reuniões de coordenação e articulação da equipa pedagógica, são reivindicações fundamentais | JPO. •

FENPROF envia carta: Estar sindicalizado dignifica os docentes aposentados e a profissão

As opções económicas e sociais assumidas por sucessivos governos (de que o OE/2026 é retrato de tendência ainda mais desfavorável) agravaram as desigualdades, no modo como são repartidos os rendimentos, no pagamento dos impostos, no acesso a serviços públicos, nomeadamente, na Saúde. Muitos professores não recuperaram o tempo de serviço roubado! As suas pensões foram calculadas com base em vencimentos de escalões inferiores àqueles a que tinham direito, várias leis injustas se foram criando e as atualizações anuais ficam muito aquém do aumento do custo de vida. O Estatuto da Pessoa Idosa, aprovado pelo Governo, é uma declaração de intenções sem mecanismos reais de melhoria para os idosos. É neste



contexto, que o Departamento dos Professores Aposentados da FENPROF intervém sobre os direitos, a aposentação, a valorização das pensões, sustentabilidade da Segurança Social, medicina para o envelhecimento, doenças mentais, economia de cuidados, ADSE, participação e mobilidade.

O envelhecimento demográfico da população está a acontecer. Os sindicatos são espaços de proteção coletiva, convívio, cultura, lazer, debate e transmissão de saberes, solidariedade, entre professores e outros

trabalhadores. Manter a sindicalização após a aposentação continua a ser uma forma de proteção coletiva ativa e valorização profissional. A quota sindical, é não só reduzida como é majorada em 100% para efeitos de abatimento ao rendimento IRS. (ao fazer a declaração anual de IRS, o valor da quota é abatido em dobro ao rendimento).

Com os nossos colegas, no ativo, continuaremos a exigir “respeito” e a “valorização” da profissão! •

Solidariedade com os trabalhadores da LUSA

FENPROF defende um serviço público de informação independente



AFederação Nacional dos Professores manifesta a sua inteira solidariedade com os trabalhadores da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, em particular com os profissionais da sua redação, que realizaram (12 de março) uma paralisação de quatro horas, além de terem promovido ações públicas em Lisboa e no Porto em defesa da independência editorial da agência. A FENPROF considera legítima e justificada a preocupação expressa pelos trabalhadores relativamente aos novos estatutos impostos pelo Governo, que, no

entendimento destes profissionais, podem colocar em causa a autonomia e a isenção de uma instituição que desempenha um papel central no sistema informativo nacional.

Num contexto em que a informação rigorosa, plural e independente é um pilar essencial da democracia, qualquer tentativa de condicionamento político ou institucional dos órgãos de comunicação social deve merecer a maior atenção e rejeição. A defesa de um serviço público de informação livre de pressões e instrumentalizações é uma causa que diz respeito a toda a sociedade. A FENPROF reafirma, por isso, a sua solidariedade com os trabalhadores da LUSA e com a sua luta pela salvaguarda da independência editorial da agência, sublinhando que a credibilidade e a qualidade da informação são bens públicos que importa preservar.

Defender uma agência noticiosa pública independente é defender a democracia, conclui a nota divulgada pela Direção da FENPROF no passado dia 13 de março.

Greve

Reunidos em plenário no passado dia 26 de fevereiro, os trabalhadores da Lusa repudiaram a forma como “o Governo impôs o processo de reestruturação da empresa e o novo modelo de governação, pouco transparente e sem ter em conta a opinião de quem todos os dias garante o funcionamento da agência”.

Depois de lembrar que “os trabalhadores são os principais interessados num serviço de informação público de qualidade e que, no entanto, foram colocados à margem de qualquer discussão sobre o futuro da Lusa”, o pré-aviso da greve chama a atenção para “os riscos de influência política e de governamentalização introduzidos pelos novos estatutos”, que “contrariam a proteção de independência que a Constituição portuguesa confere aos jornalistas e princípios consagrados pelo Regulamento Europeu de Liberdade dos Meios de Comunicação Social”. •

“A Igualdade que Abril abriu”

Semana da Igualdade e webinar



CATARINA TEIXEIRA
(membro do SN da FENPROF)

No âmbito da Semana da Igualdade promovida pela CGTP- IN, a FENPROF desafiou os docentes a explorarem, com os seus alunos, as questões da igualdade, da cidadania e da participação democrática, incentivando uma reflexão crítica sobre os valores conquistados com a Revolução de Abril e os desafios que persistem no quotidiano dos jovens.

A disponibilização de materiais de apoio – com destaque para o folheto temático com o Barómetro de Atitudes: A liberdade no namoro – permitiu fomentar o diálogo em sala de aula e contribuir para uma abordagem pedagógica mais consciente, crítica e interventiva.

A iniciativa culminou com o webinar “A Igualdade que Abril abriu”, dirigido a docentes e estudantes, afirmando a escola como espaço privilegiado para o desenvolvimento do pensamento crítico e para o papel dos jovens na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Inspirado nos valores de Abril e na igualdade consagrada na Constituição, o debate procurou não apenas revisitar o passado, mas sobretudo questionar o presente: que desafios e desigualdades persistem no quotidiano? Como se vive hoje a liberdade, o respeito e a igualdade nas relações interpessoais entre jovens?

O painel contou com intervenções de Maria Manuel Calvet Ricardo, Ana Sofia Ferreira e Leonardo Medeiros, que abordaram a luta das professoras e do movimento sindical, o papel da mulher

na atualidade e as discriminações que persistem, as questões ligadas à liberdade no namoro e a perspetiva dos estudantes sobre os desafios vividos nas escolas. O *webinar* destacou-se, assim, pela riqueza dos conteúdos e das perspetivas apresentadas, bem como pela pertinência dos temas abordados. Os materiais e a gravação do evento constituem ferramentas valiosas para prolongar este trabalho em sala de aula.

Num contexto marcado por desigualdades e pela desinformação, importa reforçar o papel da escola pública na formação integral de cidadãos críticos e interventivos. Torna-se essencial denunciar os ataques à igualdade e reafirmar que só com a luta se garante o cumprimento dos direitos conquistados e consagrados na Constituição. ●

Solidariedade com as pessoas transexuais

O Secretariado Nacional da FENPROF manifesta a sua solidariedade com as pessoas *trans*, perante a recente aprovação, na generalidade, de iniciativas que representam um preocupante retrocesso nos direitos e garantias conquistados.

Na perspetiva da Federação, “a escola pública deve afirmar-se como um espaço de liberdade, inclusão e respeito, onde todas as crianças e jovens veem reconhecida a sua dignidade e identidade.

Qualquer recuo neste caminho constitui um sinal negativo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária”.

Em nota divulgada no passado dia 21 de março, o Secretariado Nacional da FENPROF “reafirma o seu compromisso com a defesa intransigente dos direitos humanos, da liberdade individual e do respeito pela diversidade, valores essenciais à educação e à democracia.” ●

“Transformar é defender os nossos direitos”

Portugal comemorou o Dia Internacional da Mulher

Duas dezenas de localidades viveram no passado 8 de março a determinação, a alegria e a luta das mulheres portuguesas no Dia Internacional, por iniciativa do MDM, Movimento Democrático de Mulheres.

“Vida com dignidade, direitos com igualdade” foi o lema que presidiu às jornadas realizadas em cidades como Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Coimbra, Covilhã, Évora, Faro, Funchal, Guarda, Leiria, Lisboa, Portalegre, Porto, Santiago do Cacém, Torres Novas, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu.

Em Lisboa, a Praça dos Restauradores foi o principal espaço da iniciativa convocada pelo MDM. No Porto a ação decorreu na Praça da Batalha. Em Coimbra, o desfile atravessou a ponte de St.ª Clara para se dirigir à Praça 8 de Maio.

A luta pela igualdade de direitos, dignidade social e salários justos foi nota saliente desta jornada do 8 de Março, que deixou expressivas mensagens em defesa do Serviço Nacional de Saúde, lembrando a necessidade de acompanhamento das grávidas, de valorização da saúde sexual e reprodutiva e do respeito pela opção da mulher em matéria de Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG).

Nas comemorações deste “dia de afirmação e de luta”, como realçou o MDM, destacaram-se ainda outras preocupações:

- Rejeitar o Pacote Laboral; reduzir o horário semanal e fim do trabalho por turnos em setores não essenciais; garantir a articulação da vida familiar, profissional e pessoal; cumprir direitos na maternidade;
- Prevenir e combater todas as violências e a mercantilização do corpo das jovens e das mulheres;
- Defender a Escola Pública como espaço de igualdade e liberdade;
- Defender o direito à habitação digna e compatível com o salário;
- Defender a Paz e rejeitar a despesa com a guerra; investir na qualidade de vida e na independência do País. •



As mulheres são fundamentais para o país

Participam nos mais diversos setores; acumulam a sobrecarga da organização da vida familiar; são confrontadas com a degradação das condições de vida e de trabalho, com o aumento das desigualdades e discriminações.

As mulheres enfrentam as violências

Na esfera doméstica, no namoro, na exploração na prostituição, na objetificação do corpo e na banalização da violência na rua e na internet.

As mulheres são as mais afetadas pela destruição dos serviços públicos

Porque se nega a universalidade dos direitos fundamentais: saúde, segurança social, educação, habitação, a equipamentos e serviços públicos de apoio às famílias e às crianças. | *MDM, 8/03/2026* •



www.fenprof.pt

Toda a informação.
Atualização diária.



R.A. Açores

50 anos da CRP e da Autonomia Regional

FERNANDO VICENTE (membro do CN da FENPROF)

liberdades e garantias fundamentais, fez também algo que, para os açorianos, teve um significado ainda mais profundo: reconheceu finalmente o direito das ilhas a governarem-se a si próprias através da autonomia regional, ideia que, historicamente, já vinha sendo desenvolvida.

Foi assim que nasceu a autonomia dos Açores. Não como um gesto simbólico, mas como o reconhecimento de uma realidade histórica e geográfica incontornável. Governar nove ilhas dispersas no Atlântico a partir do continente era, simplesmente, ignorar a especificidade de um território e de um povo.

A criação da Região Autónoma dos Açores representou, por isso, uma conquista política maior. Pela primeira vez, os açorianos passaram a dispor de órgãos de governo próprios e de capacidade para definir políticas adaptadas à sua realidade. A proximidade da decisão política tornou possível responder com maior sensibilidade aos desafios da insularidade, da distância e da dispersão territorial.

Contudo, cinquenta anos depois, é legítimo perguntar: estamos a aproveitar plenamente as potencialidades da autonomia?

A autonomia não pode limitar-se à existência de instituições regionais. Não pode ser apenas um modelo administrativo que reproduz, à escala regional, a mesma lógica centralista que historicamente limitou

o desenvolvimento das ilhas. A autonomia só faz sentido se significar verdadeira capacidade de decisão, visão estratégica e coragem política para enfrentar os problemas estruturais da região.

Esses problemas existem. Persistem desigualdades entre ilhas, dificuldades na mobilidade inter-ilhas, dependências económicas excessivas e desafios demográficos que ameaçam a vitalidade de algumas comunidades. A autonomia deveria ser precisamente o instrumento para enfrentar estas fragilidades com mais inovação e mais ambição.

Há também um desafio político que não pode ser ignorado: a necessidade de reforçar a própria autonomia. Em várias matérias fundamentais, as regiões autónomas continuam dependentes de decisões tomadas no seu exterior, e nas quais não são ouvidas: no centro do poder nacional, mas, sobretudo, na União Europeia – com a agravante de o serem em órgãos não eleitos, como a Comissão Europeia. Se a autonomia é um princípio constitucional, então deve ser continuamente aprofundada e adaptada às exigências do presente.

Meio século depois da Constituição de 1976, a autonomia continua a ser uma das maiores conquistas políticas do País e dos açorianos. Mas as conquistas históricas não se preservam sozinhas. Precisam de reflexão crítica, de participação cívica e, sobretudo, de coragem para continuar a construir o caminho. ●

O SPRA vai promover, no dia 17 de abril, em Angra do Heroísmo, um Seminário versando o tema: “50 anos da Constituição da República Portuguesa e da Autonomia Regional: O desafio do Desenvolvimento.”

Este Seminário insere-se nas comemorações dos 50 anos da Constituição da República e visa promover a reflexão sobre os desafios que se colocam à Autonomia Regional após os 50 anos da sua existência.

A aprovação da Constituição da República Portuguesa em 1976, além de marcar o nascimento de uma nova etapa na vida democrática de Portugal consagrando direitos,



Educação Ambiental na Constituição

JOSÉ JANELA (Quercus - ANCNF)



Em 1976, a Constituição da República Portuguesa foi, a nível ambiental inovadora, única e exemplar, tanto na Europa como no Mundo ao enunciar no seu artigo 66.º (Ambiente e qualidade de vida), ponto 1.: “Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender. O ponto 2 define que incumbe ao Estado assegurar o direito ao ambiente.

A 5.ª versão da Constituição, de 1997, introduziu no ponto 2 a alínea g), onde se refere que incumbe ao Estado “promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente”.

A inscrição da Educação Ambiental na Constituição surge após a Lei de Bases do Sistema Educativo, de 1987, fazer referência à educação ecológica, como podendo ser uma componente da área de formação pessoal.

A nível internacional a Educação Ambiental está há décadas em documentos como a carta de Belgrado da UNESCO, de 1975.

Altos e baixos

Apesar de o Ambiente ser uma área temática presente nos programas das várias áreas curriculares e disciplinas, nem sempre a sua inclusão é definida de uma forma explícita e integrada com as dimensões sociais e económicas.

Face a isso, incrementou-se a Área Escola. Mais tarde introduziu-se a Área Projeto e depois a Formação Cívica.

Foi mais recentemente que se implementou a componente do currículo de Cidadania e Desenvolvimento, com a qual o domínio da Educação Ambiental passou a ser obrigatório para todos os níveis de educação e de ensino. Esta teve como documento curricular de referência o Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade. Este último inclui oito temas (Sustentabilidade, Ética e Cidadania; Produção e Consumo Sustentáveis; Território e Paisagem; Alterações Climáticas; Biodiversidade; Energia; Água; Solos) com objetivos desde a Educação Pré-Escolar até ao Ensino Secundário.

Com a publicação, em Setembro de 2025, das Aprendizagens Essenciais de Cidadania e Desenvolvimento, toda a Educação Ambiental deixou de ser autónoma e passou a integrar a Dimensão de Desenvolvimento Sustentável. Essa dimensão ocupa quatro páginas para o conjunto da Educação Básica e Ensino Secundário.

Neste documento os grandes problemas ambientais do nosso planeta são marginalizados. Sobre a biodiversidade só encontramos referência no 1.º Ciclo “Propor ações para a conservação da biodiversidade” e no 3.º Ciclo “Compreender a importância do ambiente, da conservação da natureza e da biodiversidade, da preservação dos oceanos, e do impacto da atividade humana no equilíbrio dos ecossistemas.”

Mais: sobre as Alterações Climática só encontramos uma aprendizagem essencial para o 3.º Ciclo “Compreender a necessidade de adoção de medidas para fazer face aos riscos resultantes das alterações climáticas.”

Apagão na Educação Ambiental

O pior de tudo é que o Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade deixou de estar disponível a partir da página da Direção-Geral de Educação. Recorde-se que esse documento com mais de cem páginas contou na sua elaboração com especialistas de várias estruturas dos ministérios da Educação e do Ambiente, mas também da academia e de diversas associações e teve um período de discussão pública. O referencial não foi formalmente revogado. Ainda existe, mas como não há uma ligação a partir das páginas oficiais do MECI, é como se tivesse sido apagado. Como o referencial data de 2018, poder-se-ia avaliar e auscultar os docentes e a comunidade sobre possíveis melhorias. Não foi isso que se fez.

Não basta a Educação Ambiental estar inscrita na Constituição. Cumpra-se a Constituição. ●

Nos 50 anos da Constituição da República Portuguesa

CGTP-IN promove exposição, mural e encontro nacional

O Conselho Nacional da CGTP-IN destacou na sua última reunião plenária (Lisboa, 18/03/2026) o empenhamento sindical na dinamização das comemorações do 50.º aniversário da Constituição da República Portuguesa (CRP), sob o lema “Com a força dos trabalhadores. Afirmar Abril, Cumprir a Constituição”. A Central unitária exige “a aplicação dos direitos” que a Lei Fundamental consagra e “o projeto que corporiza para o País”.

A Inter vai inaugurar uma exposição central e um mural sobre os 50 anos da CRP, no Espaço Memória – Centro de Arquivo,

Documentação e Audiovisual da CGTP-IN no Seixal, no próximo dia **21 de abril** e realizar um encontro nacional sobre a CRP, no dia **21 de maio**, no Fórum Seixal.

A Constituição da República Portuguesa, apesar das alterações das 7 revisões ocorridas, continua a garantir os direitos dos trabalhadores e um amplo conjunto de direitos políticos, económicos, sociais e culturais.

Quando se desenvolve uma ação sistemática que procura pôr em causa a Constituição da República Portuguesa, apagar ou esbater direitos, liberdades e garantias nela inscritas pela ação e em

defesa dos trabalhadores e do povo, a CGTP-IN reitera a premência de cumprir a Constituição e aplicar na vida os direitos que ela consagra e, dando continuidade às comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, promove um conjunto de iniciativas dirigidas aos trabalhadores de valorização e divulgação da Constituição da República Portuguesa e de exigência do cumprimento das conquistas e valores de Abril que a integram e que constituem o mais sólido alicerce para a construção um Portugal soberano e com futuro. ●

FENPROF na conferência final do projeto europeu “Your Turn 2: Teachers for Trade Union Renewal”



Manuela Mendonça e Tiago Dias constituíram a delegação da FENPROF na conferência final do projeto europeu “Your Turn 2: Teachers for Trade Union Renewal”

“Your Turn 2: Teachers for Trade Union Renewal” é um projeto promovido pelo Comité Sindical Europeu da Educação (ETUCE/CSEE), visando o aprofundamento da reflexão sobre a renovação e o reforço da organização sindical no setor da educação.

A conferência final do projeto, em que a FENPROF esteve representada por Manuela Mendonça e Tiago Dias, decorreu em Vilnius, Lituânia, nos dias 18 e 19 de fevereiro de 2026. Aí foram apresentadas e discutidas as principais conclusões da investigação realizada nesse âmbito, centradas no conceito de “link leadership”, entendido como a liderança exercida pelos delegados e ativistas que, nos locais de trabalho, asseguram a ligação entre os membros e as estruturas sindicais.

As sessões incluíram a apresentação do enquadramento conceptual desenvolvido no projeto, assim como a partilha de experiências e práticas por parte de várias organizações sindicais europeias.

Entre os aspetos destacados esteve a importância de identificar e apoiar ativistas

nos locais de trabalho, clarificar o papel e as expectativas associadas a essas funções e promover formas de acompanhamento e desenvolvimento progressivo da participação sindical. Foi igualmente sublinhada a relevância do contacto direto com os trabalhadores, do trabalho em rede e da criação de condições que reforcem a participação e o envolvimento na vida sindical.

Concluído o projeto, a FENPROF promoverá agora, no plano interno, uma reflexão sobre as conclusões apresentadas, com vista a avaliar de que forma as experiências partilhadas poderão contribuir para reforçar a organização e a intervenção sindical junto dos educadores, professores e investigadores em Portugal. ●

Mais informação
sobre o projeto



SOLIDARIEDADE

Com os trabalhadores do País Basco, Navarra e Bélgica

A CGTP-IN divulgou recentemente tomadas de posição em solidariedade com os trabalhadores e as populações do País Basco, Navarra e Bélgica. No caso das regiões espanholas, a Central unitária portuguesa saudou as centrais sindicais pela greve geral do passado dia 17 de março, pelo aumento dos salários, pela valorização das carreiras e por uma mais justa distribuição da riqueza, o que une os trabalhadores portugueses e bascos.

Os trabalhadores bascos, recorda a Inter, saíram em luta pela fixação de um salário mínimo específico, tendo em conta o elevado custo de vida, assim como um aumento geral dos salários que efetivamente valorize os trabalhadores e garanta uma mais justa distribuição da riqueza. A greve ganhou ainda mais importância perante a rejeição de realização do debate da petição com

centenas de milhares de assinaturas e quando patronato recusa negociar tendo como base os 1500 euros de salário de entrada proposto pelos sindicatos, aproveitando a situação para engrossar os lucros e aumentar a exploração, mantendo os salários baixos enquanto os trabalhadores continuam a perder poder de compra.

Na mensagem, a CGTP-IN traçou as semelhanças da política de baixos salários que os trabalhadores portugueses sofrem face à vertiginosa escalada do custo de vida e o aprofundamento desta política que o pacote laboral representa.

A CGTP-IN enviou também uma mensagem às centrais sindicais belgas saudando a manifestação nacional do passado dia 12 de março. Na mensagem, a Central sublinhou que esta manifestação vem no seguimento da luta que os trabalhadores

vêm desenvolvendo nos últimos meses.

“A mobilização dos trabalhadores belgas fez já o Governo recuar em algumas medidas que, se aplicadas, atentariam contra as carreiras e reformas dos trabalhadores e o reconhecimento do seu tempo de trabalho. Persistem projetos do governo de corte nas pensões, de ataque à segurança social e aumento do custo de vida”, destaca a CGTP.

“Os trabalhadores belgas e portugueses estão unidos na luta pela rejeição e combate a estas políticas neoliberais, que seguem as orientações da União Europeia, de ataque aos serviços públicos e funções sociais do Estado, à segurança social, de aumento da exploração, de favorecimento do crescimento e acumulação de lucros dos grande grupos económicos à custa das condições de vida de quem trabalha”, conclui a tomada de posição da Central sindical portuguesa. ●



50 anos do golpe militar na Argentina **Nunca mais!**

MANUELA MENDONÇA (membro do SN da FENPROF)

A passagem dos 50 anos do golpe militar de 24 de março de 1976 na Argentina constituiu um marco de grande relevância histórica e política, de denúncia de uma ditadura cívico-militar que implementou um plano sistemático de repressão, tortura e extermínio: 30 mil pessoas desaparecidas, milhares detidas e assassinadas, centenas de crianças nascidas na prisão e entregues em segredo para adoção.

Dessa realidade emergiu um dos mais importantes movimentos de luta por memória, verdade e justiça: as Mães da Praça de Maio, posteriormente acompanhadas pelas Avós e pelos Filhos. Com os seus “pañuelos” brancos e presença constante no espaço público, transformaram a dor em resistência, exigindo respostas sobre o destino dos seus familiares e denunciando os crimes da ditadura, tornando-se referência internacional na defesa dos direitos humanos.

As mobilizações que marcaram este cinquentenário tiveram uma dimensão extraordinária. Para além do simbolismo da data, o contexto político atual, sob o governo de Javier Milei, contribuiu para intensificar

a participação popular, diante de discursos que relativizam ou procuram reabilitar a ditadura. Milhões de pessoas saíram às ruas com fotografias de desaparecidos, cartazes com perguntas como “¿Dónde están?” e palavras de ordem como “Nunca Más”, reafirmando a importância da memória e reclamando justiça.

FENPROF presente

Pela primeira vez, as três centrais sindicais argentinas organizaram conjuntamente as iniciativas, contando também com a participação de uma delegação internacional de sindicalistas, que expressou solidariedade ao povo argentino e participou na marcha, em debates e a visitas a espaços de memória.

A convite da CTERA, a FENPROF participou ainda numa homenagem aos 880 docentes detidos, desaparecidos e assassinados pela ditadura, enaltecendo o seu exemplo de resistência, militância e coragem, e reafirmando o nosso compromisso comum em defesa dos direitos humanos, da justiça social e da democracia. ●

Dia da Terra Palestina

No fecho desta edição do JF, o Largo de Camões, em Lisboa, acolhia nova jornada de solidariedade com o povo da Palestina. Desta vez, assinalando, em 30 de março, o **Dia da Terra Palestina**, para reafirmar a solidariedade com o povo palestino e exigir o fim da ocupação da Palestina e do genocídio do seu povo às mãos de Israel.

Israel continua a agressão sobre o povo palestino. A ajuda humanitária continua estrangulada, impedindo o acesso de bens para alimentação, medicamentos, material médico e de construção. São já mais de 75 mil os assassinados, mais de 600 desde o suposto “cessar-fogo”, na faixa de Gaza onde a destruição é total. Na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental multiplicam-se os colonatos e a violência dos colonos e do exército israelita sobre o povo palestino. Intensificando a sua política de apartheid, Israel ataca os direitos do povo palestino a deslocar-se livremente na sua terra e o seu direito ao trabalho, votando milhares ao desemprego e à pobreza.

Israel e os EUA são a maior ameaça à paz

O agravar da confrontação no Médio Oriente, com os ataques dos EUA e de Israel ao Irão, Síria e Líbano, com graves consequências para a região e o mundo, tornam cada vez mais evidente que Israel e os EUA são a maior ameaça à paz na região e que uma Palestina livre, independente e soberana é condição essencial à paz no Médio Oriente.

É urgente o cumprimento das sucessivas resoluções da ONU que prevêem a criação do estado da Palestina livre, independente e soberano, com as fronteiras de 1967 e capital em Jerusalém Oriental, assim como o direito de retorno dos palestinos refugiados. É urgente o fim da escalada de confrontação e o caminho da paz e da resolução política dos conflitos.

A concentração foi promovida pela CGTP-IN, CPPC, MPPM e Projeto Ruído. ●



República Árabe Saaraui Democrática



Visita aos acampamentos Saarauís em Tindouf, Argélia

MARTA CRUZ (membro do SN da FENPROF)

Entre 22 e 30 de novembro de 2025, uma missão de solidariedade* que integrou dois representantes da FENPROF, esteve nos acampamentos de refugiados saarauís, em Tindouf, na Argélia.

O povo saaraui é originário do Saara Ocidental, a sul de Marrocos. É um território desértico, mas cheio de riquezas – minas de ouro, a maior jazida de fosfatos do mundo, uma riquíssima área de pesca, belas praias, fontes de energia alternativa e até petróleo – que despertam a cobiça

de potências mundiais. Desde 1975, logo após a saída de Espanha como potência colonizadora, o território foi ocupado por Marrocos, num processo violento, que obrigou à fuga e exílio de, sobretudo, mulheres, crianças e idosos, enquanto os homens permaneceram na luta pela defesa da sua terra, com a Frente POLISARIO.

Foram estas mulheres que, acolhidas num inóspito território do sul da Argélia, construíram e têm liderado os agora considerados campos de refugiados mais

bem organizados do mundo, gerindo a vida comunitária, educação e saúde.

Consolidando-se como a base do governo da República Árabe Saaraui Democrática (RASD), prosseguem a luta pela libertação, autodeterminação e soberania para conseguirem regressar ao seu país – o Saara Ocidental. ■

* Organizada pelo CPPC em cooperação com a Associação Rotas Vermelhas

A resistir há 50 anos

Prossegue a luta pela libertação da última colónia em África

O exercício dos direitos de autodeterminação e de independência do povo saaraui é o caminho que urge percorrer; nunca será o de planos de autonomia forjados para manter a ocupação ilegal e a contínua exploração do território da RASD, destaca a FENPROF numa nota divulgada a propósito do 50.º aniversário da proclamação da República Árabe Saaraui Democrática (RASD).

Também a CGTP-IN reafirma a sua solidariedade de décadas com o povo, os trabalhadores saarauís e a sua central sindical - UGTSARIO, exigindo o cumprimento do direito internacional, nomeadamente as sucessivas resoluções da ONU que, ao longo de décadas, reafirmam o direito do povo saaraui à sua autodeterminação e soberania e a realização de um referendo com vista à sua independência".

Há 50 anos, a 27 de fevereiro de 1976, a Frente Polisario – movimento de libertação do Saara Ocidental e legítima representante do povo saaraui – proclamou a República Árabe Saaraui Democrática (RASD), respondendo aos anseios do povo saaraui de constituição de uma pátria íntegra, soberana e livre no

território ainda hoje ocupado por Marrocos.

Dezenas de organizações assinalaram no nosso país a histórica data, com destaque para o Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), que realizou sessões de solidariedade no Porto, Coimbra e Lisboa.

A proclamação da RASD “visou prevenir que o vazio de poder deixado pela Espanha permitisse a ocupação e partilha do território por Marrocos e Mauritânia e responder aos anseios legítimos do povo saaraui de constituição de uma pátria íntegra, soberana e livre”, lembra a tomada de posição da FENPROF.

“Expropriados dos riquíssimos recursos do seu território por Marrocos e seus aliados, nomeadamente fosfatos, pesca e turismo, todos os saarauís sabem da enorme desproporção de valor entre a ajuda humanitária que recebem e a riqueza que lhes é roubada. Os lucros de manter desta situação vão principalmente para Marrocos, mas também para países e governos seus aliados assumidos, ou que mantêm um apoio mais dissimulado à ocupação e colonização do território da RASD”, acrescenta.

Como realça a FENPROF, “a solução

política, definida em sucessivas resoluções da ONU que exigem a realização de um referendo de autodeterminação do povo saaraui (MINURSO), foi reiteradamente adiada e boicotada por Marrocos, com o apoio de EUA, União Europeia, Reino Unido e Israel, que continuam a promover a deslocação de população marroquina para ocupação do Saara Ocidental.”

A FENPROF, que há décadas acompanha a causa saaraui, reafirma o compromisso de solidariedade e luta, pela libertação dos presos políticos saarauís detidos em prisões marroquinas e pela realização do referendo sobre a independência, em respeito pelas resoluções da ONU e pelo direito internacional.

Como recorda uma posição pública subscrita por cerca de três dezenas de organizações portuguesas dos mais variados setores (incluindo a FENPROF), “o Saara Ocidental é definido no direito internacional como um território “não autónomo” e “ainda por descolonizar”, um estatuto jurídico que ninguém – independentemente da sua força militar e do poderio dos seus aliados – pode pôr em causa. | JPO ■

Livro “100 desenhos para Gaza”

André e António Carrilho e Cristina Sampaio são os três ilustradores portugueses que participam no livro “100 desenhos para Gaza” (Massot Editions), que reúne trabalhos de alguns dos mais conceituados cartoonistas do mundo. Todos os direitos de autor e lucros revertem para o apoio aos jornalistas palestinianos e suas famílias, através do Palestinian Journalists Syndicate (PJS) e da Federação Internacional de Jornalistas (FIJ). O trabalho foi apresentado no início do ano em França.

Como sublinhou André Carrilho nas redes sociais, “é uma honra fazer parte do coletivo de cartoonistas que contribuíram para o livro. Fomos todos distinguidos no Festival de Banda Desenhada de Angoulême, com o Prémio Couilles au Cul 2026.”



Entre os artistas envolvidos neste projeto estão, entre outros, Art Spiegelman, Joe Sacco (“Palestina – Uma Nação Ocupada”) e a brasileira Fabiane Langona (que assina como Chiquinha), profissionais que colaboram, por exemplo, com “The New York Times”, “Guardian” e “El País”. | JPO •

Ao vivo

Tito Paris na Casa da Música “Quem está aí?”

Depois do Centro Cultural Vila Flor, em Guimarães (28 de março), Tito Paris avança para a Casa da Música, no Porto, no dia **17 de abril**, para apresentar o novo álbum “Quem está aí?”, a lançar neste mês de abril. O concerto decorrerá no auditório principal da Casa (Sala Suggia) a partir das 21h30. Como destaca a nota de apresentação do espetáculo, Tito Paris “volta a cruzar geografias e afetos: da música cabo-verdiana à portuguesa, da brasileira à angolana, passando ainda por influências da música cubana e latina. Uma celebração da diversidade cultural que o artista conhece, vive e partilha como poucos, numa noite especial para a lusofonia, com canções novas a ganharem vida plena, ao lado de clássicos que marcaram gerações. Um momento de reencontros, emoção e comunhão cultural, guiado pela voz e mestria de um dos maiores embaixadores da música de Cabo Verde”. Segundo uma nota enviada à imprensa, o novo disco é “profundamente simbólico”, adotando um título que evoca a canção “Naufrágio”, do seu conterrâneo

Paulino Vieira •



Teatro “Clube dos Poetas Mortos” no Trindade

O Teatro da Trindade, em Lisboa, apresenta entre **30 de abril** e **2 de agosto** a peça “Clube dos Poetas Mortos” de Tom Schulman, com encenação de Hélder Gamboa. Em palco estão: Dany Duarte, Diogo Infante, Diogo Fernandes, Diogo Mesquita, Hélder Gamboa, Jaime Pinto Gamboa, João Maria Cardoso, João Sá Nogueira, Nuno Represas, Rafael Leitão e Rui Pedro Silva. A cenografia é de Fernando Ribeiro e os adereços de Rafaela Almeida. Nuno Meira assina o desenho e Luís Lucena a sonoplastia. As sessões realizam-se de quarta-feira a sábado às 21h00 e aos domingos às 16h30. Duração do espetáculo: uma hora e meia. Está prevista uma conversa com o público no dia 10 de maio (domingo) no final da exibição. •

➤ **INFO** <https://teatrotrindade.inatel.pt>

Ópera

20 de maio, no Teatro Aberto Estreia mundial da ópera “Por Todos Nós”

Decorrem os ensaios da ópera “Por Todos Nós”, a partir de “Os Memoráveis” (2014), de Lídia Jorge. No seu romance, recordam os responsáveis do Teatro Aberto, a escritora revisita os protagonistas e os mitos da Revolução de Abril de 1974 a partir do olhar de três jovens que, 30 anos depois dos acontecimentos, procuram entender o que foram aqueles tempos e a repercussão que tiveram para a sociedade em que se encontram. João Lourenço e Vera San Payo de Lemos partiram das palavras de Lídia Jorge para escrever o libreto. A composição da partitura coube a Eurico Carrapatoso que criou uma ópera original e inédita, uma obra de grande fôlego, com a qual se pretende celebrar os 50 anos do 25 de Abril e os 50 anos do Teatro Aberto. A estreia mundial da ópera “Por Todos Nós” será no próximo dia **20 de maio** no Teatro Aberto, em Lisboa, numa co-produção do Novo Grupo – Teatro Aberto com o Teatro Nacional de São Carlos, com a parceria institucional da Comissão Comemorativa dos 50 anos do 25 de Abril. A não perder! •

Oficina em Beja

À descoberta da viola campaniça

No dia **29 de abril**, no Clube UNESCO de Beja, prossegue a Oficina de Viola Campaniça. Este projeto, lembram os organizadores, foi criado como forma de preservar, divulgar e promover o conhecimento e gosto por este instrumento. A Oficina será da responsabilidade do Prof. José Emídio e funciona às quartas-feiras, das 18h às 20h. As sessões (entrada gratuita) são direccionadas a todos os públicos a partir dos 6 anos, mediante inscrição.

➤ **INFO** centro.unesco.beja@cm-beja.pt | tel. 284 311 818

Exposição

Homenagem à obra artística de Magalhães Filho

Até ao próximo dia 30 de abril, pode ser visitada no Espaço António Borges Coelho, no SPGL, no Bairro Azul, em Lisboa, a exposição “Homenagem à obra artística de Magalhães Filho, pseudónimo do professor Calvet de Magalhães (1913-1974)”, professor, pintor, ilustrador e metodólogo. •



Professores e Educadores

sábado

16



Maio

Manifestação NACIONAL



Exigimos

Valorização, Já!

15h

Cais do Sodré
Restauradores

